



DIVULGAÇÃO  
DE RESULTADOS

2024

ENERGISA MATO GROSSO



GRUPO  
energisa12





**ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

**Cuiabá, 18 de março de 2025** – A Administração da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T24) e do exercício de 2024. As demonstrações financeiras a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



**1,7 milhão**  
clientes cativos



**1.333**  
clientes livres



**3,6 milhões**  
de habitantes



**903.208**  
Km<sup>2</sup>



**4.042**  
Colaboradores (\*)  
3.195 próprios e  
847 terceirizados



**142**  
Municípios (\*\*)

(\*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(\*\*) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte.

## 2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
<b>Indicadores Financeiros – R\$ milhões</b>						
Receita operacional líquida	2.355,7	2.105,3	+ 11,9	8.214,5	7.565,3	+ 8,6
Receita operacional líquida, sem receita de construção <sup>(1)</sup>	1.900,9	1.815,1	+ 4,7	6.903,1	6.625,9	+ 4,2
Margem bruta	779,3	987,0	- 21,0	3.223,6	3.436,8	- 6,2
Margem bruta ajustada <sup>(2)</sup>	688,4	931,4	- 26,1	2.926,6	3.123,7	- 6,3
EBITDA ajustado recorrente <sup>(3)</sup>	490,1	646,2	- 24,2	1.888,9	2.125,5	- 11,1
Resultado financeiro	(134,4)	(63,9)	+ 110,3	(509,7)	(488,3)	+ 4,4
Lucro líquido ajustado recorrente <sup>(4)</sup>	173,4	426,9	- 59,4	808,1	1.113,7	- 27,4
<b>Indicadores Operacionais Consolidados</b>						
Número de consumidores cativos (mil)	1.684,5	1.638,8	+2,8	1.684,5	1.638,8	+2,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) <sup>(5)</sup>	2.159,3	2.275,5	- 5,1	7.982,7	7.847,9	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) <sup>(5)</sup>	2.989,2	2.977,7	+ 0,4	11.097,2	10.440,5	+ 6,3
<b>Indicador Relativo</b>						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	20,8	30,7	- 9,9 p.p.	23,0	28,1	- 5,1 p.p.
<b>Indicadores financeiros – R\$ milhões</b>						
	<b>31/12/2024</b>		<b>31/12/2023</b>		<b>Var. %</b>	
Ativo total	14.165,0		13.011,0		+ 8,9	
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	1.632,5		987,7		+ 65,3	
Patrimônio líquido	4.259,9		3.761,1		+ 13,3	
Endividamento líquido	5.091,6		4.545,7		+ 12,0	

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.



### 3. RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>2.142,0</b>	<b>2.372,8</b>	<b>- 9,7</b>	<b>7.997,4</b>	<b>7.959,3</b>	<b>+ 0,5</b>
✓ Residencial	1.104,3	1.192,2	- 7,4	3.995,3	3.819,7	+ 4,6
✓ Industrial	112,4	147,9	- 24,0	466,8	587,1	- 20,5
✓ Comercial	335,2	388,8	- 13,8	1.330,3	1.409,6	- 5,6
✓ Rural	341,3	392,5	- 13,0	1.311,3	1.290,2	+ 1,6
✓ Outras classes	248,7	251,4	- 1,1	893,7	852,8	+ 4,8
(+) Suprimento de energia elétrica	23,1	(0,0)	-	58,7	44,0	+ 33,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(23,8)	1,3	-	(66,1)	96,4	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	338,4	279,3	+ 21,2	1.208,5	1.002,5	+ 20,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	454,8	290,3	+ 56,7	1.311,4	939,3	+ 39,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(34,1)	(29,5)	+ 15,6	231,2	140,3	+ 64,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	215,3	124,4	+ 73,0	701,4	500,7	+ 40,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	90,9	55,6	+ 63,4	297,0	313,1	- 5,1
(+) Outras receitas	(5,2)	(7,6)	- 32,2	11,8	7,6	+ 55,4
<b>(=) Receita operacional bruta</b>	<b>3.201,5</b>	<b>3.086,6</b>	<b>+ 3,7</b>	<b>11.751,3</b>	<b>11.003,2</b>	<b>+ 6,8</b>
(-) Impostos sobre vendas	645,8	672,9	- 4,0	2.401,4	2.281,6	+ 5,3
(-) Encargos setoriais	200,0	308,3	- 35,1	1.135,4	1.156,4	- 1,8
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>2.355,7</b>	<b>2.105,3</b>	<b>+ 11,9</b>	<b>8.214,5</b>	<b>7.565,3</b>	<b>+ 8,6</b>
(-) Receita de construção de infraestrutura	454,8	290,3	+ 56,7	1.311,4	939,3	+ 39,6
<b>(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura</b>	<b>1.900,9</b>	<b>1.815,1</b>	<b>+ 4,7</b>	<b>6.903,1</b>	<b>6.625,9</b>	<b>+ 4,2</b>

#### 3.1. Margem bruta

No 4T24, a margem bruta alcançou R\$ 779,3 milhões, 21,0% menor do que o mesmo período do ano anterior. A margem bruta ajustada foi de R\$ 820,0 milhões, menor 12,0% em relação ao 4T23.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.355,7</b>	<b>2.105,3</b>	<b>+ 11,9</b>	<b>8.214,5</b>	<b>7.565,3</b>	<b>+ 8,6</b>
(-) Custo de construção de infraestrutura	454,8	290,3	+ 56,7	1.311,4	939,3	+ 39,6
<b>(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)</b>	<b>1.900,9</b>	<b>1.815,1</b>	<b>+ 4,7</b>	<b>6.903,1</b>	<b>6.625,9</b>	<b>+ 4,2</b>
<b>(-) Custos e despesas não controláveis</b>	<b>1.121,6</b>	<b>828,1</b>	<b>+ 35,4</b>	<b>3.679,5</b>	<b>3.189,2</b>	<b>+ 15,4</b>
Energia elétrica comprada para revenda	959,4	680,6	+ 41,0	3.051,1	2.615,4	+ 16,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	162,2	147,5	+ 10,0	628,4	573,8	+ 9,5
<b>(=) Margem bruta</b>	<b>779,3</b>	<b>987,0</b>	<b>- 21,0</b>	<b>3.223,6</b>	<b>3.436,8</b>	<b>- 6,2</b>
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	90,9	55,6	+ 63,4	297,0	313,1	- 5,1
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	131,6	-	-	131,6	-	-
<b>(=) Margem bruta ajustada</b>	<b>820,0</b>	<b>931,4</b>	<b>- 12,0</b>	<b>3.058,1</b>	<b>3.123,7</b>	<b>- 2,1</b>



No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, A receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 9,7% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de 5,1% além do efeito tarifa de -4%, devido ao reajuste tarifário em abril de 2024. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pela retração nas classes industrial (-14,4%), comercial (-11,1%) e rural (-12,0%), além da migração de consumidores desses segmentos para o mercado livre de energia. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções. A redução foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento da bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre.
- (ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 21,2%, foi motivado pelo consumo dos clientes livres em função do clima quente e seco e pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre;
- (iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 73,0% (+R\$ 90,9 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 80,4 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 9,3 milhões;

### 3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.989 GWh. Frente ao mesmo período do ano anterior, houve alta de 0,4%, com destaque para o aumento de consumo do ambiente livre.

As principais classes aumentaram o consumo, sobretudo a industrial (+9,2%), registrando a maior taxa em 7 anos e sendo responsável pelo crescimento no trimestre. Os consumidores livres direcionaram alta no industrial motivados pelo bom desempenho do segmento de alimentos, minerais e têxtil, além da contribuição de novas cargas e migração de clientes.

O consumo das residências, por sua vez, variou -0,1%, em função da base de comparação elevada do 4T23. Na mesma linha, também houve recuo nas classes rural (-5,3%) e comercial (-2,3%).



No acumulado de 2024, o mercado avançou 6,3%, atingindo a maior taxa em 5 anos, com alta em todas as classes, principalmente a residencial e industrial.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	1.124,0	1.124,8	- 0,1	4.018,0	3.705,0	+ 8,4
Comercial	307,4	345,7	- 11,1	1.214,8	1.309,1	- 7,2
Industrial	102,7	119,9	- 14,4	410,7	513,9	- 20,1
Rural	350,4	398,3	- 12,0	1.316,2	1.309,0	+ 0,5
Outros	274,9	286,7	- 4,1	1.022,9	1.011,0	+ 1,2
<b>1 Mercado Cativo</b>	<b>2.159,3</b>	<b>2.275,5</b>	<b>- 5,1</b>	<b>7.982,7</b>	<b>7.847,9</b>	<b>+ 1,7</b>
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	169,2	142,1	+ 19,1	628,7	524,4	+ 19,9
Industrial	539,5	468,0	+ 15,3	2.148,9	1.814,1	+ 18,5
Rural	94,7	71,8	+ 31,9	244,3	176,6	+ 38,4
Outros	26,5	20,4	+ 29,7	92,5	77,5	+ 19,4
<b>2 Mercado (TUSD)</b>	<b>829,8</b>	<b>702,2</b>	<b>+ 18,2</b>	<b>3.114,5</b>	<b>2.592,6</b>	<b>+ 20,1</b>
Residencial	1.124,0	1.124,8	- 0,1	4.018,0	3.705,0	+ 8,4
Comercial	476,6	487,7	- 2,3	1.843,6	1.833,5	+ 0,5
Industrial	642,2	587,9	+ 9,2	2.559,7	2.328,0	+ 10,0
Rural	445,1	470,1	- 5,3	1.560,5	1.485,6	+ 5,0
Outros	301,4	307,1	- 1,9	1.115,4	1.088,4	+ 2,5
<b>Mercado Total (1+2)</b>	<b>2.989,2</b>	<b>2.977,7</b>	<b>+ 0,4</b>	<b>11.097,2</b>	<b>10.440,5</b>	<b>+ 6,3</b>
Fornecimento não Faturado	(14,5)	4,5	-	(6,6)	101,9	-
<b>Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado</b>	<b>2.974,7</b>	<b>2.982,2</b>	<b>- 0,3</b>	<b>11.090,6</b>	<b>10.542,4</b>	<b>+ 5,2</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.684.546 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,8% superior à registrada no mesmo período do ano anterior, e com 1.333 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – [clique no link](#)

### 3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EMT encerrou o ano com um índice de perda total de 13,85%, registrando uma redução de 0,72 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre de 2024 e uma redução de 0,23pp em relação ao ano anterior.

O plano de combate às perdas de energia da EMT manteve o foco no equilíbrio entre medidas de prevenção e de recuperação de receita. Em 2024, foram investidos R\$ 170 milhões no combate as perdas não técnicas. Entre as principais ações realizadas, destacam-se 255 mil inspeções e 67 mil regularizações.

Vale ressaltar que o limite regulatório das perdas totais da EMT está sendo pressionado pelo crescimento do mercado de Geração Distribuída (GD) na área de concessão, impacto esse não considerado na metodologia de cálculo das perdas não técnicas regulatórias. A ANEEL está discutindo alternativas para essa questão por meio da Consulta Pública 009/2024, com o objetivo de ajustar os regulamentos vigentes.

O comportamento das perdas de energia elétrica da Companhia foi o seguinte:

									Últimos 12 meses	
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL	
dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24		
8,86	8,80	8,81	5,23	5,77	5,04	14,09	14,57	13,85	11,67	

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os cálculos das perdas não-técnicas representam a melhor estimativa da Administração



### 3.4. Gestão da inadimplência

#### 3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Variação em p.p.
1,88	1,37	+ 0,51

A EMT apresentou desvio devido ao impacto do faturamento, que cresceu 12%, considerando o período das provisões.

#### 3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Variação em p.p.
96,19	95,67	+ 0,54

### 3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia manteve a tendência de melhoria contínua e alcançou o melhor resultado da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. O DEC alcançou uma redução de 1,04 horas e o FEC reduziu de 0,35 vezes em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/24	dez/23	Var. (%)	dez/24	dez/23	Var. (%)		
15,12	16,16	- 6,4	6,48	6,83	- 5,1	17,91 ●	12,63 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A EMT já está cumprindo o percentual de 80% previsto pelo regulador.

## 4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.539,0 milhões no 4T24, aumento de 27,2% (R\$ 328,8 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R\$ 1.121,6 milhões no 4T24, aumento de 35,4% na comparação com o ano anterior devido, principalmente, ao reconhecimento do montante de R\$ 131,6 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes a geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 33,1 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 24,8 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 8,3 milhões referem-se de fato ao 4T23.



Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R\$ 221,7 milhões no 4T23, redução de 8,5% na comparação com o mesmo período de 2024.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
<b>1 Custos e despesas não controláveis</b>	<b>1.121,6</b>	<b>828,1</b>	<b>+ 35,4</b>	<b>3.679,5</b>	<b>3.189,2</b>	<b>+ 15,4</b>
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	959,4	680,6	+ 41,0	3.051,1	2.615,4	+ 16,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	162,2	147,5	+ 10,0	628,4	573,8	+ 9,5
<b>2 Custos e despesas controláveis</b>	<b>274,4</b>	<b>286,5</b>	<b>- 4,3</b>	<b>1.054,9</b>	<b>922,8</b>	<b>+ 14,3</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>202,9</b>	<b>246,5</b>	<b>- 17,7</b>	<b>812,4</b>	<b>772,9</b>	<b>+ 5,1</b>
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	90,8	109,7	- 17,2	331,5	292,2	+ 13,5
2.1.2 Material	13,8	14,2	- 3,0	61,7	51,1	+ 20,8
2.1.3 Serviços de terceiros	87,9	107,1	- 17,9	368,9	376,1	- 1,9
2.1.4 Outras	10,4	15,5	- 33,2	50,3	53,6	- 6,1
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	1,8	-	1,0	9,9	- 89,9
✓ Outros	10,4	13,7	- 24,5	49,3	43,7	+ 13,0
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>71,5</b>	<b>40,0</b>	<b>+ 78,6</b>	<b>242,5</b>	<b>149,9</b>	<b>+ 61,8</b>
2.2.1 Contingências	28,9	3,6	+ 695,5	69,3	26,7	+ 159,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	42,6	36,4	+ 17,1	173,2	123,2	+ 40,7
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>143,0</b>	<b>95,5</b>	<b>+ 49,7</b>	<b>442,0</b>	<b>353,9</b>	<b>+ 24,9</b>
3.1 Amortização e depreciação	87,5	72,1	+ 21,4	327,7	278,5	+ 17,7
3.2 Outras receitas/despesas	55,5	23,4	+ 137,0	114,3	75,4	+ 51,6
<b>Total custos e despesas operacionais (1+2+3)</b>	<b>1.539,0</b>	<b>1.210,1</b>	<b>+ 27,2</b>	<b>5.176,4</b>	<b>4.465,8</b>	<b>+ 15,9</b>
Custo de construção de infraestrutura (*)	454,8	290,3	+ 56,7	1.311,4	939,3	+ 39,6
<b>Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)</b>	<b>1.993,8</b>	<b>1.500,4</b>	<b>+ 32,9</b>	<b>6.487,8</b>	<b>5.405,2</b>	<b>+ 20,0</b>

(\*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 90,8 milhões, redução de 17,2% (R\$ 18,9 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) - R\$ 24,8 milhões referentes ao provisionamento da PLR dos primeiros 9 meses de 2023, reconhecidos em dezembro de 2023;
- (ii) - R\$ 21,2 milhões com maiores despesas de pessoal capitalizadas;
- (iii) + R\$ 32,7 milhões de despesas na rubrica de salários e encargos, em função do reajuste salarial dos acordos coletivos em 2023, baseado no índice INPC e aumento de quadro de empregados, custos rescisórios e horas extras;
- (iv) + R\$ 3,8 milhões de despesas com benefícios, sendo aumento de R\$ 8,3 milhões com auxílio refeição e alimentação aos colaboradores e redução de R\$ 4,6 milhões com despesas médicas e odontológicas;

### Material

No 4T24, as despesas com materiais atingiram R\$ 13,8 milhões, redução de 3,0% (R\$ 0,4 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 2,1 em materiais de manutenção de rede e equipamentos;
- (ii) + R\$ 1,4 milhão de despesas com combustíveis e lubrificantes;
- (iii) + R\$ 1,0 milhão de despesas com materiais de manutenção de frota.



### Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 87,9 milhões, redução de 17,9% (R\$ 19,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 16,3 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos;
- (ii) - R\$ 5,7 milhões com serviços de manutenção e despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente, com despesas de prestação de serviço de cobrança e cadastro de consumidor;
- (iii) - R\$ 3,7 milhões com serviços Intercompany;
- (iv) + R\$ 2,9 milhões com honorários advocatícios;
- (v) + R\$ 2,7 milhões em serviços de TI;
- (vi) + R\$ 1,5 milhões em despesas com consultoria, assessoria e auditoria.

### Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 10,4 milhões, redução de 33,2% (- R\$ 5,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 3,7 milhões referentes ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida aos projetos Vila Restauração e Mais Luz para Amazônia;
- (ii) - R\$ 1,2 milhão de despesas com propaganda e publicidade;

### Provisões/Reversões – Contingências

No trimestre, as provisões para contingências foram de R\$ 28,9 milhões, aumento de R\$ 25,2 milhões quando comparado com o trimestre anterior em função de (i) provisionamento de novos processos entrantes/revisão de risco de R\$ 6,0 milhões; (ii) reversão de R\$ 13,3 milhões vinculada ao encerramento de processos; (iii) pagamentos no montante de R\$ 36,8 milhões (acordos e condenações). O aumento no impacto é resultado, especialmente, das movimentações registradas em virtude do projeto de realização de acordos em processos relevantes com reconhecimento de R\$ 17,6 milhões.

### Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R\$ 55,5 milhões, aumento de 137,0% (R\$ 32,1 milhões) nas despesas comparado ao mesmo período do ano passado, devido principalmente ao refis de ICMS sobre Geração Distribuída no montante total de R\$ 22,8 milhões.

## 5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 278,8 milhões, registrando uma redução de 38,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando a exclusão do impacto do VNR e de outros itens não recorrentes, o lucro líquido ajustado recorrente ficou em R\$ 173,4 milhões, apresentando uma queda de R\$ 253,5 milhões frente ao quarto trimestre de 2023.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T24	4T23	Var. %	Var. R\$	2024	2023	Var. %	Var. R\$
<b>(=) Lucro líquido do período</b>	<b>278,8</b>	<b>453,0</b>	<b>- 38,5</b>	<b>(174,3)</b>	<b>1.088,1</b>	<b>1.379,0</b>	<b>- 21,1</b>	<b>(291,0)</b>
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	77,1	47,2	+ 63,4	29,9	251,7	265,3	- 5,1	(13,6)
<b>(=) Lucro líquido ajustado</b>	<b>201,7</b>	<b>405,9</b>	<b>- 50,3</b>	<b>(204,2)</b>	<b>836,3</b>	<b>1.113,7</b>	<b>- 24,9</b>	<b>(277,4)</b>
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários								
Provisão PLR	-	21,0	-	(21,0)	-	-	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	111,5	-	-	111,5	111,5	-	-	111,5
Juros Selic sobre indêbitos tributários	(139,8)	-	-	(139,8)	(139,8)	-	-	(139,8)
<b>(=) Lucro líquido ajustado recorrente</b>	<b>173,4</b>	<b>426,9</b>	<b>- 59,4</b>	<b>(253,5)</b>	<b>808,1</b>	<b>1.113,7</b>	<b>- 27,4</b>	<b>(305,7)</b>



O EBITDA totalizou R\$ 449,4 milhões no trimestre, redução de 33,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Excluindo o impacto do VNR e os demais efeitos não recorrentes, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 490,1 milhões, R\$ 156,1 milhões menor que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T24	4T23	Var. %	Var. R\$	2024	2023	Var. %	Var. R\$
<b>(=) EBITDA</b>	<b>449,4</b>	<b>677,0</b>	<b>- 33,6</b>	<b>(227,6)</b>	<b>2.054,4</b>	<b>2.438,6</b>	<b>- 15,8</b>	<b>(384,2)</b>
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	90,9	55,6	+ 63,4	35,3	297,0	313,1	- 5,1	(16,0)
<b>(=) EBITDA ajustado</b>	<b>358,5</b>	<b>621,4</b>	<b>- 42,3</b>	<b>(262,9)</b>	<b>1.757,4</b>	<b>2.125,5</b>	<b>- 17,3</b>	<b>(368,2)</b>
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários								
Provisão PLR	-	24,8	-	(24,8)	-	-	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	131,6	-	-	131,6	131,6	-	-	131,6
<b>(=) EBITDA ajustado recorrente</b>	<b>490,1</b>	<b>646,2</b>	<b>- 24,2</b>	<b>(156,1)</b>	<b>1.888,9</b>	<b>2.125,5</b>	<b>- 11,1</b>	<b>(236,6)</b>

## 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

### 6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 1.705,7 milhões, frente aos R\$ 928,1 milhões registrados em setembro de 2024. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)<sup>(1)</sup>, que apresentaram montante de R\$ 73,2 milhões em dezembro, contra saldo negativo R\$ 14,2 milhões em setembro de 2024.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 5.091,6 milhões, contra R\$ 4.984,8 milhões em 30 de setembro de 2024 e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado aumentou para 2,3x.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

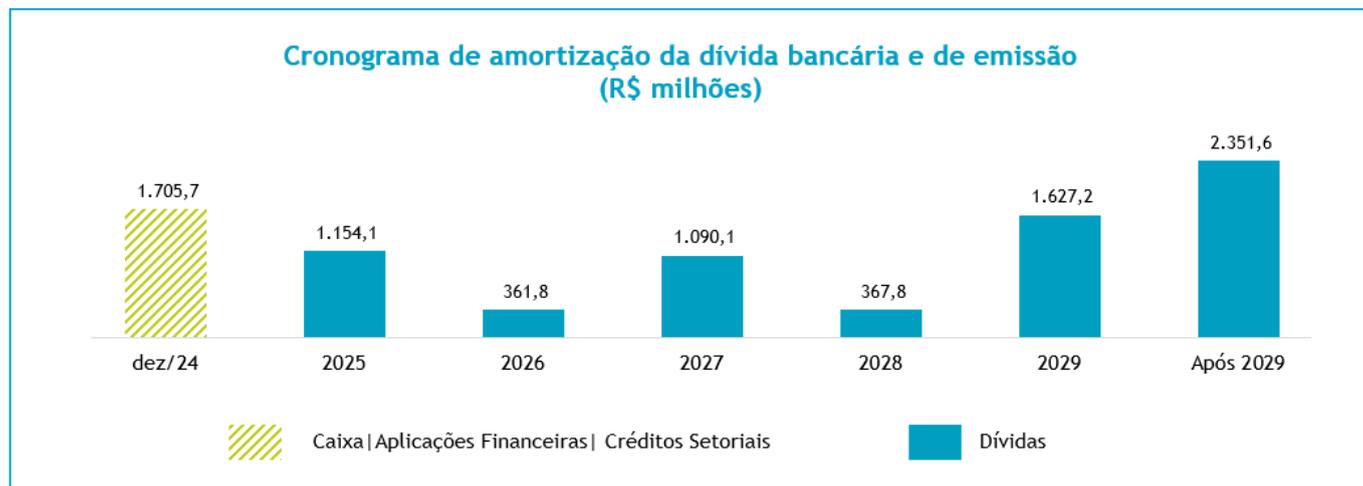
Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024
<b>Circulante</b>	<b>1.112,4</b>	<b>1.669,3</b>	<b>1.385,6</b>
Empréstimos e financiamentos	868,9	1.355,7	983,6
Debêntures	227,7	237,3	345,5
Encargos de dívidas	57,5	59,6	37,0
Benefícios pós-emprego	2,9	5,2	5,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(44,6)	11,5	14,3
<b>Não Circulante</b>	<b>5.684,9</b>	<b>4.243,6</b>	<b>4.584,1</b>
Empréstimos e financiamentos	2.417,4	2.102,2	2.368,0
Debêntures	3.381,1	2.221,2	2.398,6
Benefícios pós-emprego	12,2	27,5	26,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(125,7)	(107,3)	(208,7)
<b>Total das dívidas</b>	<b>6.797,3</b>	<b>5.912,9</b>	<b>5.969,6</b>
<b>(-) Disponibilidades financeiras</b>	<b>1.632,5</b>	<b>942,3</b>	<b>1.437,3</b>
✓ Caixa e equivalentes de caixa	97,8	125,7	136,8
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.534,7	816,6	1.300,5
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>5.164,8</b>	<b>4.970,6</b>	<b>4.532,3</b>
(-) Créditos CDE	221,2	134,5	83,7
(-) Créditos CCC	67,0	67,7	71,7
(-) Créditos CVA <sup>(1)</sup>	(215,0)	(216,5)	(382,2)
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>5.091,6</b>	<b>4.984,8</b>	<b>4.759,2</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses (2)	2,3	2,1	1,8

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



## 6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



## 7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Ativo Elétrico	427,4	266,1	+ 60,6	1.400,1	952,0	+ 47,1
Obrigações Especiais (*)	10,4	14,6	- 28,7	69,2	113,5	- 39,0
Ativo não Elétrico	17,2	12,1	+ 42,3	49,7	43,9	+ 13,2
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>455,0</b>	<b>292,7</b>	<b>+ 55,4</b>	<b>1.519,0</b>	<b>1.109,4</b>	<b>+ 36,9</b>

(\*) As "Obrigações especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

## 8. MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na B3, as ações ordinárias da Energisa Mato Grosso, ENMT3 e as ações preferenciais, ENMT4, encerraram o ano cotadas a R\$ 84,00/ação e R\$ 84,90/ação respectivamente.

	2024	2023	Variação
<b>Indicadores de mercado</b>			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	23.612	18.873	25,11%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	18.520	14.328	29,26%
Volume médio diário negociado UDM - ON (R\$ mil)	11	79	-85,93%
Volume médio diário negociado UDM - PN (R\$ mil)	17	12	41,61%
<b>Cotação das ações</b>			
ENMT3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	84,00	65,16	28,92%
ENMT4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	84,90	65,59	29,44%
<b>Indicadores relativos</b>			
Dividendos pagos por ON - (2) Pagos	1,87	2,75	-31,82%
Dividendos pagos por PN - (2) Pagos	1,87	2,75	-31,82%
Lucro líquido por ON e PN - UDM	4,97	6,30	-21,10%
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	4,34	3,81	13,89%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.

## 9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



## Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Nos últimos anos, a Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança na Energisa Mato Grosso passou por transformações significativas, alinhadas às diretrizes do Grupo Energisa. Essas mudanças foram impulsionadas por rápidas mudanças no ambiente de trabalho e pela integração de novas tecnologias, como a IA generativa. Com mais de 4.000 colaboradores e mais de 1,7 milhão clientes, a Energisa Mato Grosso se destaca pela sua capacidade de adaptação, colocando as pessoas no centro dessa transformação.

A Energisa consolidou avanços importantes em bem-estar e desenvolvimento dos colaboradores, fortalecendo a cultura organizacional e criando um ambiente seguro, inclusivo e de qualidade de vida. A transformação tecnológica trouxe desafios, mas também oportunidades, levando a investimentos em upskilling e reskilling para enfrentar o impacto das novas tecnologias.

### Principais ações:

- Atração e Retenção de Talentos: Foco no desenvolvimento, com ênfase na formação de mão de obra local.
- Formação Contínua: Atualização constante dos programas de treinamento, assegurando eficiência e segurança.
- Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo.
- Liderança e Cultura Organizacional: Desenvolvimento contínuo das competências de liderança, com foco em decisões ágeis e estratégicas, além de uma cultura de confiança e inovação.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores são essenciais, com programas como o Viva Energia, voltados para prevenção de doenças e promoção de um estilo de vida saudável, além do programa Saúde Integral, que oferece apoio em diversas áreas.

A segurança é uma prioridade, com um roadmap baseado em tecnologia e prevenção, além de soluções para monitoramento e redução de riscos.

A Energisa segue com o compromisso de criar uma força de trabalho resiliente e ágil, garantindo a competitividade e o sucesso a longo prazo, com a visão de um futuro em que pessoas e tecnologia caminham juntas para garantir excelência, segurança e sustentabilidade.

## Responsabilidade socioambiental

A Energisa tem reforçado seu compromisso com a sociedade local e o meio ambiente, por meio de iniciativas culturais e ações voltadas para a valorização dos valores regionais. A Companhia investe em projetos que incentivam a produção cultural e promovem a preservação da memória local, ao mesmo tempo em que impulsionam a economia criativa nas regiões onde atua. Essas ações estão alinhadas à agenda socioambiental, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção da diversidade cultural.

Em 2024, a Energisa Mato Grosso destinou aproximadamente R\$ 1,0 milhão a ações de impacto socioambiental, incluindo programas nas áreas de educação, cultura, esporte, além de projetos voltados para o combate à fome e segurança alimentar. Esses investimentos refletem o compromisso da Companhia em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, promovendo a inclusão e o fortalecimento das práticas sustentáveis em suas áreas de concessão.



## Eficiência energética

O Grupo Energisa reafirma, a cada ano, seu compromisso com a eficiência energética e a sustentabilidade. Em 2024, o investimento de R\$ 13,3 milhões reflete o esforço contínuo na otimização do consumo de energia e na promoção de práticas mais sustentáveis.

A iniciativa Nossa Energia é um exemplo desse compromisso, incentivando a educação e a economia de energia em comunidades na área de concessão. Em 2024, o projeto possibilitou a substituição de 44 mil lâmpadas LED e 334 geladeiras, promovendo maior eficiência e redução do consumo.

As iniciativas adotadas pela Companhia não só geraram redução de custos, mas também impulsionam o uso consciente da energia e ajudam na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, reforçando o compromisso da Energisa com a sustentabilidade e o futuro do planeta.

## Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, a Energisa Mato Grosso se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de alavancar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas.

## Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros.

Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergisa, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros.

A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado.

Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.



## 10. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 10.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### 10.2. Dividendos do exercício de 2024

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025, aprovou a distribuição de dividendos propostos à conta do lucro do exercício de 2024, no montante de R\$525.461, equivalentes a R\$2,40 (reais) por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 25 de março de 2025, com base na posição acionária do dia 25 de fevereiro de 2025, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

### 10.3. Prorrogação das Concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguem entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias terão 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. A Companhia mantém o interesse nas respectivas prorrogações de concessões.

A Administração.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	97.844	162.215
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	1.491.997	782.649
Consumidores e concessionárias	6	1.288.337	1.584.939
Títulos de créditos a receber		343	343
Estoques		28.255	23.102
Tributos a recuperar	7	500.558	675.137
Instrumentos financeiros derivativos	32	153.159	79.061
Ativos financeiros setoriais	9	86.116	-
Outros créditos	10	400.793	297.408
<b>Total do circulante</b>		<b>4.047.402</b>	<b>3.604.854</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	42.666	42.874
Consumidores e concessionárias	6	157.795	1.111.774
Títulos de créditos a receber		7.129	7.330
Tributos a recuperar	7	631.046	540.035
Instrumentos financeiros derivativos	32	246.355	170.260
Ativos financeiros setoriais	9	48.718	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	6.851.531	5.557.646
Depósitos judiciais	23	86.718	48.609
Outros créditos	10	152.126	79.612
		<b>8.224.084</b>	<b>7.558.140</b>
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	730.962	609.565
Investimentos		6.258	6.258
Imobilizado	15	53.071	44.126
Intangível	16	1.103.211	1.188.076
<b>Total do não circulante</b>		<b>10.117.586</b>	<b>9.406.165</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.164.988</b>	<b>13.011.019</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



## 2. Balanço patrimonial passivo

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	561.889	572.875
Encargos de dívidas	18	57.479	37.814
Empréstimos e financiamentos	18	868.878	766.950
Debêntures	19	227.713	550.517
Impostos e contribuições sociais	20	158.293	203.672
Dividendos	25.6	1.516	1.774
Obrigações estimadas		31.694	23.781
Contribuição de iluminação pública		34.545	38.670
Encargos setoriais	22.1	112.537	157.282
Incorporação de redes	22.2	18.350	27.970
Passivos financeiros setoriais	9	160.377	263.970
Instrumentos financeiros derivativos	32	108.561	141.254
Benefícios pós-emprego	33	2.900	5.244
Arrendamentos Operacionais		2.922	261
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	185.616	129.560
Outros passivos	24	113.896	92.598
<b>Total do circulante</b>		<b>2.647.166</b>	<b>3.014.192</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	17	40.873	35.948
Empréstimos e financiamentos	18	2.417.356	2.717.867
Debêntures	19	3.381.131	1.354.918
Impostos e contribuições sociais	20	2.519	871.783
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	514.060	327.301
Passivos financeiros setoriais	9	189.469	25.321
Instrumentos financeiros derivativos	32	120.659	31.162
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	45.779	66.089
Encargos setoriais	22.1	43.871	28.965
Benefícios pós-emprego	33	12.153	23.689
Arrendamentos Operacionais		5.558	1.673
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	389.016	670.867
Outros passivos	24	95.500	80.132
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.257.944</b>	<b>6.235.715</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	25.1	1.677.113	1.677.113
Reserva de capital	25.2	23.434	23.641
Reserva de lucros	25.3 a 25.5	1.977.404	1.691.436
Dividendos adicionais propostos	25.6	525.461	316.348
Ajuste de avaliação patrimonial		19.971	28.469
Outros resultados abrangentes	25.7	36.495	24.105
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.259.878</b>	<b>3.761.112</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>14.164.988</b>	<b>13.011.019</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



### 3. Demonstração do resultado

**PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	26	8.214.479	7.565.255
Custo do serviço de energia elétrica	27	(3.679.490)	(3.189.176)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(2.246.139)	(1.793.266)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.288.850</b>	<b>2.582.813</b>
Despesas gerais e administrativas	27	(447.867)	(347.335)
Outras receitas	28	4.497	10.858
Outras despesas	28	(118.784)	(86.238)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>1.726.696</b>	<b>2.160.098</b>
Receitas financeiras	29	353.469	328.529
Despesas financeiras	29	(863.145)	(816.813)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(509.676)</b>	<b>(488.284)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>1.217.020</b>	<b>1.671.814</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	51.438	(169.811)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(180.376)	(122.959)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	30	<b>1.088.082</b>	<b>1.379.044</b>
<b>Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$</b>		5,1100	6,5026
<b>Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$</b>		4,6400	5,9115

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

### 4. Demonstração do resultado abrangente

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.088.082</b>	<b>1.379.044</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.7	12.390	59.187
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>1.100.472</b>	<b>1.438.231</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



## 5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Outras Reservas de Capital	Legal	Retenção de lucros	Incentivo fiscal (imposto de renda)					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>		<b>1.677.113</b>	<b>22.786</b>	<b>213.432</b>	<b>84.549</b>	<b>732.471</b>	<b>366.689</b>	-	<b>37.235</b>	<b>(35.082)</b>	<b>3.099.193</b>
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(366.689)	-	-	-	(366.689)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	855	-	-	-	-	-	-	-	855
Realização da reserva de reavaliação	25.6	-	-	-	-	-	-	13.282	(13.282)	-	-
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	25.6	-	-	-	-	-	-	(4.516)	4.516	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.379.044	-	-	1.379.044
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	25.3	-	-	68.952	-	-	-	(68.952)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	25.4	-	-	-	-	275.684	-	(275.684)	-	-	-
Dividendos	25.6	-	-	0	-	-	-	(410.478)	-	-	(410.478)
Dividendos adicionais propostos	25.6	-	-	0	-	-	316.348	(316.348)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	25.5	-	-	0	316.348	-	-	(316.348)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	89.677	89.677
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.490)	(30.490)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.677.113</b>	<b>23.641</b>	<b>282.384</b>	<b>400.897</b>	<b>1.008.155</b>	<b>316.348</b>	-	<b>28.469</b>	<b>24.105</b>	<b>3.761.112</b>
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(316.348)	-	-	-	(316.348)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	(207)	-	-	-	-	-	-	-	(207)
Realização da reserva de reavaliação	25.6	-	-	-	-	-	-	12.877	(12.877)	-	-
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	25.6	-	-	-	-	-	-	(4.379)	4.379	-	-
Dividendos prescritos	25.6	-	-	-	-	-	-	566	-	-	566
Lucro líquido do exercício	30	-	-	-	-	-	-	1.088.082	-	-	1.088.082
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	25.3	-	-	52.599	-	-	-	(52.599)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	25.4	-	-	-	-	151.844	-	(151.844)	-	-	-
Dividendos	25.6	-	-	-	-	-	-	(285.717)	-	-	(285.717)
Dividendos adicionais propostos	25.6	-	-	-	-	-	525.461	(525.461)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	25.5	-	-	-	81.525	-	-	(81.525)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	18.773	18.773
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.383)	(6.383)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.677.113</b>	<b>23.434</b>	<b>334.983</b>	<b>482.422</b>	<b>1.159.999</b>	<b>525.461</b>	-	<b>19.971</b>	<b>36.495</b>	<b>4.259.878</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



## 6. Demonstração do valor adicionado

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	10.439.938	10.063.917
Outras receitas	28	4.497	10.858
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	26 e 29	1.325.325	949.570
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(173.230)	(123.159)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		(3.999.543)	(3.502.537)
Materiais e serviços de terceiros		(440.357)	(440.128)
Outros custos operacionais		(1.538.767)	(1.093.200)
		<b>(5.978.667)</b>	<b>(5.035.865)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>5.617.863</b>	<b>5.865.321</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	27	(327.707)	(278.527)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>5.290.156</b>	<b>5.586.794</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	29	370.674	344.509
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>5.660.830</b>	<b>5.931.303</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		146.546	158.547
Benefícios		87.922	66.387
FGTS		22.667	16.597
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		1.828.498	1.939.889
Tributos		693.082	783.502
Obrigações Intra-setoriais		1.135.416	1.156.387
Estaduais		1.606.720	1.538.173
Municipais		2.474	2.363
Obrigações intrassetoriais			
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		877.085	827.074
Aluguéis		836	3.229
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	25.6	810.612	726.826
Lucros retidos	25.3	277.470	652.218
		<b>5.660.830</b>	<b>5.931.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



## 7. Demonstração dos fluxos de caixa

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		1.088.082	1.379.044
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	128.938	292.770
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		972.558	315.533
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	13	(297.048)	(313.077)
Amortização e depreciação	27	327.707	278.527
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	173.230	123.159
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	69.287	26.710
Marcação a mercado de dívidas	32	(196.506)	115.281
Marcação a mercado de derivativos	32	226.508	(121.230)
Instrumentos financeiros derivativos	32	(335.397)	359.456
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível		48.705	71.748
Programa de remuneração variável (ILP)	11	(207)	855
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Consumidores e concessionárias	6	1.065.139	(746.091)
Títulos de créditos a receber		201	429
Estoques		(5.153)	453
Tributos a recuperar	7	(126.906)	(81.630)
Cauções e depósitos vinculados	23	(38.109)	9.070
Outros créditos		(196.202)	(70.903)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	17	(37.791)	91.622
Obrigações estimadas		7.913	3.417
Impostos e contribuições sociais		(456.554)	790.676
Imposto de renda e contribuição social pagos		(115.027)	(173.463)
Variação dos ativos e passivos financeiros setoriais	9	(387.437)	(229.489)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(86.435)	(38.101)
Outras contas a pagar		34.792	57.285
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>1.864.288</b>	<b>2.142.051</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(593.086)	(131.017)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	14,15 e 16	(1.291.194)	(786.262)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	4.497	43.919
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.879.783)</b>	<b>(873.360)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	3.724.352	1.572.703
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	18 e 19	(2.471.657)	(1.168.022)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	18 e 19	(537.705)	(388.840)
Pagamento pela incorporação de redes	22.2	(154.849)	(250.144)
(Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(1.278)	(248.273)
Pagamentos de dividendos	25.6	(601.757)	(776.769)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(5.982)	(2.031)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(48.876)</b>	<b>(1.261.376)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(64.371)</b>	<b>7.315</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	162.215	154.900
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	97.844	162.215
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(64.371)</b>	<b>7.315</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



## 8. Balanço social

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2024			2023		
Receita líquida (RL)	8.214.479			7.565.255		
Resultado operacional (RO)	1.217.020			1.671.814		
Folha de pagamento bruta (FPB)	322.448			270.896		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	56.526	17,53%	0,69%	40.777	15,05%	0,54%
Encargos sociais compulsórios	53.931	16,73%	0,66%	34.951	12,90%	0,46%
Previdência privada	10.130	3,14%	0,12%	7.847	2,90%	0,10%
Saúde	1.414	0,44%	0,02%	22.380	8,26%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	21.063	6,53%	0,26%	3.650	1,35%	0,05%
Educação	187	0,06%	0,00%	173	0,06%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.312	0,41%	0,02%	1.033	0,38%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	315	0,10%	0,00%	302	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	26.042	8,08%	0,32%	32.260	11,91%	0,43%
Outros	4.522	1,40%	0,06%	4.054	1,50%	0,05%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>175.442</b>	<b>54,42%</b>	<b>2,15%</b>	<b>147.427</b>	<b>54,42%</b>	<b>1,94%</b>
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.722	0,14%	0,02%	855	0,05%	0,01%
Cultura	2.643	0,21%	0,03%	1.292	0,08%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	380	0,03%	0,00%	450	0,03%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	909	0,07%	0,01%	489	0,03%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>5.654</b>	<b>0,45%</b>	<b>0,06%</b>	<b>3.086</b>	<b>0,19%</b>	<b>0,05%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.248.345	184,74%	27,37%	3.445.474	206,09%	45,54%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>2.253.999</b>	<b>185,20%</b>	<b>27,43%</b>	<b>3.448.560</b>	<b>206,28%</b>	<b>45,59%</b>
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	288.155	23,42%	3,51%	157.760	9,44%	2,09%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2	0,00%	0,00%	444	0,03%	0,01%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>288.157</b>	<b>23,42%</b>	<b>3,51%</b>	<b>158.204</b>	<b>9,47%</b>	<b>2,10%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional	2024			2023		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.195			2.504		
Nº de admissões durante o período	1.264			333		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.983			1.168		
Nº de estagiários(as)	28			23		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	310			297		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	469			368		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,86%			17,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.352			1.799		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	50,00%			35,80%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	130			107		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,19			18,19		
Número total de acidentes de trabalho	10			7		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 869.875	no Procon 6.909	na Justiça 8.924	na empresa 869.875	no Procon 6.105	na Justiça 8.427
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,93%	no Procon 92%	na Justiça 48%	na empresa 98,70%	no Procon 94%	na Justiça 53%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2024: 5.660.830</b>			<b>Em 2023: 5.931.303</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	61% governo 5% colaboradores(as) 14% acionistas 16% terceiros 5% retido			59% governo 4% colaboradores(as) 18% acionistas 16% terceiros 5% retido		
7 - Outras informações	2024			2023		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	2.991			1.067		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	331					
<b>Total - Programa Luz para todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	<b>3.322</b>			<b>1.067</b>		
7.2 - Programa de eficiência energética	13.321			23.531		
7.3 - Programa de pesquisa e desenvolvimento	4.695			2.078		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>18.016</b>			<b>26.676</b>		

**Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 25 de outubro de 1994. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Sua área de concessão abrange todo o Estado de Mato Grosso, atendendo 1.688.097 consumidores em 142 municípios.

#### 1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 11 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 142 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder concedente.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
- VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

---

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

### **2.2. Moeda funcional e base de mensuração**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas**

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias: fornecimento de energia elétrica não faturada e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária;

- III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão: ativo de contrato;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- VII - Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental: estimativa de perda em processos judiciais;
- VIII - Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais: previsão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda;
- IX - Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
- X - Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

### **3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis**

---

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **3.1. Políticas contábeis materiais**

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Consumidores e concessionárias** - englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.  
  
A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;
- c. **Ajuste a valor presente** - determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- d. **Tributos a recuperar** - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e

incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

- f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- g. **Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores**: A remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) - Divulgações de Partes Relacionadas.
- h. **Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

No que tange aos Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM e de reinvestimentos, como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais, na qual são mantidos até sua capitalização, desde que haja segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas;

- i. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- j. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável.

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

- k. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com

o prazo de concessão/autorização;

- l. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares.

#### Contratos de concessão do serviço público

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

#### Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso*: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

#### Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

### **m. Redução a valor recuperável**

#### **Ativo não financeiro:**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver

tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

**Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório;

o. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda

não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- p. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- q. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com o Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

r. **Cobertura de Seguros** - A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes;

s. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

**Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na

demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele

não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para ativos de contratos, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

**Desreconhecimento:** um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer

tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

#### **Hedge Accounting**

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

#### **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 32, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas

datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/2024 - NBC TG 09 e CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não são efetivos para o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 142 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	97.844	162.215
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>97.844</b>	<b>162.215</b>

##### 5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CCB's, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira de 2024 equivale a 100,9% do CDI (97,8% do CDI em 2023).

	2024	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	10.408	16.375
Fundos de investimentos <sup>(1)</sup>	11.948	9.009
<b>Fundo de investimentos exclusivos <sup>(2)</sup></b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	27.831	2.820
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.108	4.018
Fundo de Renda Fixa	729.374	562.823
Compromissadas	269.265	82.406
Fundo Multimercado	66.691	1.038
Letra financeira do Tesouro (LFT)	156.114	36.000
Letra financeira (LF)	164.122	56.176
Nota de Crédito (NC)	3.542	882
Letra Financeira (LFS)	-	252
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	51.594	10.630
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	220
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) <sup>(3)</sup>	42.666	42.874
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>1.534.663</b>	<b>825.523</b>
Circulante	1.491.997	782.649
Não circulante	42.666	42.874

<sup>(1)</sup> Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e foram remunerados de 97,1% a 316,0% e média ponderada 305,2% do CDI (-25,5% a 104,4% em 2023).

(2) Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - são remuneradas 103,9% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro, (103,5% em 2023) do CDI Fundo FI Energisa, 102,8% do CDI Fundo Energia Futuro 104,4% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (85,1% em 2023), Energisa (101,6% em 2023) e 106,1% do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundo de investimentos em direitos creditórios - refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(4) Inclui, R\$53.858 (R\$59.528 em 2023) referente a recursos vinculados a fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos, bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2024	2023
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	42.666	42.874
Mais Luz para Amazonia - MLPA	10.280	16.258
Bloqueios judiciais	536	332
Outros	376	64
<b>Total</b>	<b>53.858</b>	<b>59.528</b>

## 6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2024	2023
Valores correntes:									
Residencial	148.840	-	188.163	35.794	8.422	16.265	(68.333)	329.151	412.401
Industrial	72.907	-	12.218	1.949	2.962	32.060	(32.168)	89.928	100.727
Comercial	78.977	-	30.167	5.471	4.620	27.627	(32.659)	114.203	141.080
Rural	75.946	-	30.455	9.914	17.517	11.856	(12.606)	133.082	161.409
Poder público	41.836	-	7.833	302	396	6.203	(6.248)	50.322	54.305
Iluminação pública	17.439	-	232	-	1.302	1.186	(1.190)	18.969	22.425
Serviço público	15.314	-	9.175	5.502	8.835	83.105	(90.715)	31.216	34.668
Fornecimento não faturado	386.418	-	-	-	-	-	(4.322)	382.096	564.127
Arrecadação Processo Classificação	(145)	-	-	-	-	-	-	(145)	(889)
Valores renegociados:									
Residencial	16.323	65.726	12.546	7.783	7.268	62.242	(100.242)	71.646	65.704
Industrial	3.535	8.762	1.762	1.093	1.670	10.267	(15.964)	11.125	14.468
Comercial	7.028	45.242	2.924	1.677	2.155	21.470	(38.623)	41.873	32.569
Rural	5.757	13.815	2.767	1.197	1.445	4.520	(10.943)	18.558	15.054
Poder público <sup>(1)</sup>	2.381	76.363	510	178	-	1.123	(1.515)	79.040	93.425
Iluminação pública	606	4.801	27	-	42	24	(66)	5.434	11.744
Serviço público	129	6.404	50	-	-	3.190	(3.190)	6.583	7.348
(-) Ajuste a valor presente <sup>(2)</sup>	(691)	(50.165)	-	-	-	-	-	(50.856)	(39.744)
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>872.600</b>	<b>170.948</b>	<b>298.829</b>	<b>70.860</b>	<b>56.634</b>	<b>281.138</b>	<b>(418.784)</b>	<b>1.332.225</b>	<b>1.690.821</b>
Suprimento Energia <sup>(3)</sup>	53.917	-	-	-	-	-	-	53.917	15.898
Outros <sup>(4)</sup>	(10.662)	-	-	-	-	167.839	(97.187)	59.990	989.994
<b>Total</b>	<b>915.855</b>	<b>170.948</b>	<b>298.829</b>	<b>70.860</b>	<b>56.634</b>	<b>448.977</b>	<b>(515.971)</b>	<b>1.446.132</b>	<b>2.696.713</b>
Circulante								1.288.337	1.584.939
Não Circulante								157.795	1.111.774

(1) **Valores renegociados - poder público** - inclui R\$65.908 (R\$77.693 em 2023), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042).

(2) **Ajuste a Valor Presente (AVP)**: calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
<b>Saldo em 2023 e 2022 - circulante e não circulante</b>	<b>467.598</b>	<b>455.070</b>
Provisões liquidas constituídas no exercício	180.441	123.159
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(126.680)	(110.631)
<b>Saldo em 2024 e 2023 - circulante e não circulante</b>	<b>521.359</b>	<b>467.598</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	515.971	461.110
Títulos de créditos a receber	1.625	1.625
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	3.763	4.863

<sup>(3)</sup> Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2024	2023
Créditos a vencer	53.917	15.898
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>53.917</b>	<b>15.898</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE <sup>(*)</sup>	(30.743)	(17.062)
(-) Encargos de serviços do sistema <sup>(*)</sup>	(8.995)	(10.047)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>14.179</b>	<b>(11.211)</b>

<sup>(\*)</sup> vide nota explicativa nº 17.

<sup>(4)</sup> **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, e os principais itens são:

**ICMS incidente sobre a TUSD:** No exercício anterior, o saldo incluía o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, a Companhia, amparada na evolução do entendimento de seus assessores jurídicos de que esta não é parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica no ativo contra o passivo não circulante no mesmo montante (vide nota explicativa nº 20).

**ICMS Demanda:** inclui R\$80.543 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Companhia cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a Companhia firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A Companhia irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas do mesmo montante R\$80.543 (R\$80.896 em 2023), em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

**ICMS Geração Distribuída:** inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelo Estado do Mato Grosso no valor de R\$73.600 (R\$101.810 em dezembro/2023) líquido de provisão de perda estimada em R\$15.329 (R\$8.117 em 2023). Em 2024 foram reconhecidos em outros resultados (nota explicativa nº 28) o valor de R\$22.804 de perda e R\$7.211 de provisão. A Companhia já iniciou a cobrança dos valores, com expectativas de recebimento ao longo do exercício.

## 7. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	138.458	118.157
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ <sup>(1)</sup>	273.405	193.225
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL <sup>(1)</sup>	97.221	59.320
Contribuições ao PIS e à COFINS	28.927	27.197
Exclusão do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS <sup>(2)</sup>	586.838	814.090
Outros	6.755	3.183
<b>Total</b>	<b>1.131.604</b>	<b>1.215.172</b>
Circulante	500.558	675.137
Não circulante	631.046	540.035

<sup>(1)</sup> Incremento em razão do reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic aplicados a inadimplidos fiscais tributários conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

<sup>(2)</sup> Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$ 980.844 em 2021, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 21 de setembro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo do exercício em R\$516.418 (R\$469.160 em 2023). A variação no ano foi contabilizada em outras receitas financeiras na demonstração do resultado ao longo dos exercícios.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RBF deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$910.424 (R\$ 635.914 em 2023).

## 8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

---

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

### 8.1. Reajuste tarifário:

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 02 de abril de 2024 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.315 e Nota Técnica nº 42/2024-STR/ANEEL, homologou o resultado do reajuste da Companhia, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -4,40%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 08 de abril de 2024.

### 8.2. Revisão tarifária:

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

### 8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2023	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 <sup>(1)</sup>
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

<sup>(1)</sup> A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 1	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

#### 8.4. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, vem sendo divulgados pela ANEEL, tendo como último ato o Despacho Nº 4.395, de 10 de novembro de 2023 com a publicação dos valores de 2018.

Dessa forma, os resultados relativos à 2018 vem sendo homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização, foi de R\$562 (R\$11 em 2023) e R\$5.017 (R\$5.754 em 2023) de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

## 9. Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2024			2023		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
<b>Ativos Financeiros Setoriais</b>						
Circulante	-	86.116	86.116	-	-	-
Não Circulante	-	48.718	48.718	-	-	-
	-	134.834	134.834	-	-	-
<b>Passivo Financeiros Setoriais</b>						
Circulante	142.463	17.914	160.377	195.315	68.655	263.970
Não Circulante	-	189.469	189.469	-	25.321	25.321
	142.463	207.383	349.846	195.315	93.976	289.291
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	<b>(142.463)</b>	<b>(72.549)</b>	<b>(215.012)</b>	<b>(195.315)</b>	<b>(93.976)</b>	<b>(289.291)</b>

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (2)	Outros (3.1)	
<b>Itens da Parcela A</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(186.031)	51.739	144.693	(1.097)	-	-	-	9.304
Transporte de energia elétrica - Rede básica	74.463	68.449	(62.349)	3.525	-	-	-	84.088
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(1.515)	(1.968)	2.259	(123)	-	-	-	(1.347)
Encargo de serviços de sistema ESS	7.234	37.513	11.880	2.378	-	(18.096)	-	40.909
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.652	(22.199)	(20.410)	(1.026)	-	-	-	(23.983)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	17.000	1.295	(14.245)	272	-	-	-	4.322
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	-	(45.977)	-	-	-	-	-	(45.977)
<b>Componentes financeiros</b>								
Neutralidade da Parcela A	(87.225)	(71.717)	94.649	(4.907)	-	-	-	(69.200)
Sobrecontratação de energia	19.803	165.453	(62.552)	4.173	-	-	-	126.877
Devoluções Tarifárias (1)	(114.935)	(85.085)	24.462	(13.911)	-	-	-	(189.469)
CUSD	(208)	(348)	514	(69)	-	-	-	(111)
Exposição de submercados	(277)	(975)	260	(55)	-	-	-	(1.047)
Garantias financeiras	474	632	(403)	39	-	-	-	742
Saldo a compensar	2.538	(2.529)	(3.669)	(84)	-	-	-	(3.744)
Outros itens financeiros (3)	(40.264)	(477.847)	499.666	(35.303)	(266.970)	-	174.342	(146.376)
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	<b>(289.291)</b>	<b>(383.564)</b>	<b>614.755</b>	<b>(46.188)</b>	<b>(266.970)</b>	<b>(18.096)</b>	<b>174.342</b>	<b>(215.012)</b>

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (2)	Outros (3.1)	
<b>Itens da Parcela A</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(55.506)	(183.378)	60.950	(8.097)	-	-	-	(186.031)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	82.363	59.615	(73.413)	5.898	-	-	-	74.463
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.325	(5.295)	(392)	(153)	-	-	-	(1.515)
Encargo de serviços de sistema ESS	(161.142)	95.917	98.739	(1.598)	-	(24.682)	-	7.234
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	59.579	4.014	(46.261)	2.320	-	-	-	19.652
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.234	15.303	(4.588)	1.051	-	-	-	17.000
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	(76)	76	-	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>								
Neutralidade da Parcela A	(45.969)	(71.531)	30.616	(341)	-	-	-	(87.225)
Sobrecontratação de energia	48.267	59.902	(92.323)	3.957	-	-	-	19.803
Devoluções Tarifárias (1)	(271.082)	103.964	66.324	(14.141)	-	-	-	(114.935)
CUSD	(721)	(621)	1.137	(3)	-	-	-	(208)
Exposição de submercados	1.956	(218)	(1.992)	(23)	-	-	-	(277)
Garantias financeiras	424	381	(361)	30	-	-	-	474
Saldo a compensar	(9.038)	17.275	(5.859)	160	-	-	-	2.538
Outros itens financeiros (3)	244.011	(702.403)	714.749	4.233	(414.698)	-	113.844	(40.264)
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	<b>(97.375)</b>	<b>(606.999)</b>	<b>747.326</b>	<b>(6.707)</b>	<b>(414.698)</b>	<b>(24.682)</b>	<b>113.844</b>	<b>(289.291)</b>

(1) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2022, são apropriados nos passivos financeiros setoriais atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 6º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (6CRTP);

(2) **Bandeiras tarifárias CCRBT** - desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2024, foram de R\$24.043 e repassados R\$5.947 (R\$24.682 em 2023).

(3) **Outros financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

**Spread da Conta Escassez Hídrica - REN 1.008/2022** - No processo tarifário de 2024 da distribuidora, houve o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica. O cálculo resultou em um valor de R\$45.409, tem sido contabilizado no exercício de 2024 o valor de R\$33.174, que foi contabilizado ao longo do ciclo tarifário da Companhia.

**Crédito do PIS e COFINS** - conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores. Esses valores estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. O valor homologado em abril de 2024 foi de R\$266.970 (R\$308.165 em abril de 2023).

**Repasso Bandeira Escassez Hídrica** - no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado “Bandeira Escassez Hídrica”, cujo propósito era o de não repassar, às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023, o financeiro em questão foi revertido, visto que, na apuração da CVA, foi realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme descrito na Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica. O montante atualizado é de R\$252.178.

(3.1) **Recebimentos/pagamentos**

**Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu** - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a formação do ativo regulatório decorrente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBpar. Trata - se de uma reversão do diferimento negativo que foi considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Esse valor pago pelos consumidores no exercício de 2024 foi de R\$207.831 (R\$129.063 em 2023) irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

**Repasso CDE Modicidade Eletrobras** - refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em abril de 2024 foi de R\$33.489 (R\$15.219 em abril de 2023).

## 10. Outros créditos

	2024	2023
Sub-rogação do CCC <sup>(1)</sup>	60.595	73.860
Subvenção Baixa Renda <sup>(2)</sup>	14.969	15.884
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(3)</sup>	206.198	43.129
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	100.593	107.103
Outras ordens de serviço	(1.052)	(1.942)
Adiantamentos a fornecedores	4.358	6.023
Adiantamentos a empregados	7.334	5.846
Outros créditos a Receber - CELPA <sup>(4)</sup>	32.493	32.493
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA <sup>(4)</sup>	(8.360)	(9.038)
Despesas pagas antecipadamente <sup>(5)</sup>	33.202	27.258
Depósito para reinvestimento - incentivos fiscais <sup>(6)</sup>	75.222	51.971
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos <sup>(7)</sup>	17.368	20.478
(-) Provisão para perdas <sup>(7)</sup>	(3.763)	(4.863)
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) <sup>(8)</sup>	6.427	3.118
Outros créditos a receber	7.335	5.700
<b>Total</b>	<b>552.919</b>	<b>377.020</b>
<b>Circulante</b>	<b>400.793</b>	<b>297.408</b>
<b>Não circulante</b>	<b>152.126</b>	<b>79.612</b>

- (1) **Sub-rogação CCC** - a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2024	2023
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	51.519	19.265	-	8.009
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.143	1.119	1.891	2.343
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	18.057	18.966	58.704	63.508
<b>Total</b>		<b>152.928</b>	<b>94.964</b>	<b>73.719</b>	<b>39.350</b>	<b>60.595</b>	<b>73.860</b>
<b>Circulante</b>						<b>7.824</b>	<b>17.704</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>52.771</b>	<b>56.156</b>

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (2) **Subvenção - Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2024, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção Baixa Renda	2024	2023
<b>Saldo em 2023 e 2022 - circulante</b>	<b>15.884</b>	<b>14.983</b>
Subvenção	90.203	96.532
Ressarcimentos	(91.118)	(95.631)
<b>Saldo em 2024 e 2023 - circulante</b>	<b>14.969</b>	<b>15.884</b>

- (3) **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	2024	2023
<b>Saldo em 2023 e 2022 - circulante</b>	<b>43.129</b>	<b>76.615</b>
Subvenção	611.221	404.196
Ressarcimentos	(448.152)	(437.682)
<b>Saldo em 2024 e 2023 - circulante</b>	<b>206.198</b>	<b>43.129</b>

- (4) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a. restante de 50% será, (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

- (5) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

- (6) **Depósito para reinvestimento** - incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Companhia dispõe para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

- (7) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de postes e venda de sucata.

(8) Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) - trata-se de direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2024 foi de R\$300,18/MWh e em 2023 correspondia a R\$348,72/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, que detém 57,68% do capital total, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (91,48% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/ Projetos	Compartilhamento (1)	Disponibilização do sistema (receita/despesa)	Debêntures (despesa) financeira (2)	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar Debêntures (2)	Saldo a receber (pagar) Disponibilização de sistema
Energisa S.A. (3)	(94.120)	(36.180)	-	(40.154)	(24.404)	(466.424)	-
Multi Energisa Serviços S/A (4)	(14.682)	-	-	-	(2.535)	-	-
Energisa Soluções S/A (5 e 6)	(10.450)	-	-	-	(382)	-	-
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (5)	(24.836)	-	-	-	(412)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (7)	-	(5.757)	3.779	-	(547)	-	66
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (7)	-	1.476	133	-	74	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	280	-	-	12	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(7.107)	-	-	(728)	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(26.980)	-	-	(2.290)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (7)	-	975	(1.559)	-	45	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	76	-	-	(27)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	47	-	-	16	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(1.141)	-	-	(95)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (8)	-	34	(536)	-	2	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (8)	-	44	(10.625)	-	2	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (8)	-	38	(444)	-	2	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (8)	-	75	(783)	-	4	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (8)	-	32	(159)	-	2	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (8)	-	-	(6)	-	-	-	-
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (8)	-	5	(10.402)	-	-	-	(343)
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (8)	-	96	(1.566)	-	5	-	(48)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (8)	-	110	(1.801)	-	5	-	(53)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A (8)	-	145	(581)	-	7	-	(18)
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	-	13	-	-	1	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	-	11	-	-	1	-	-
Alsol Energias Renováveis S/A (9)	(3.921)	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	-	44	-	-	2	-	-
Voltz Capital S/A (10)	35	-	-	-	13	-	-
<b>2024</b>	<b>(147.974)</b>	<b>(73.664)</b>	<b>(24.550)</b>	<b>(40.154)</b>	<b>(31.227)</b>	<b>(466.424)</b>	<b>(396)</b>
<b>2023</b>	<b>(188.564)</b>	<b>(61.795)</b>	<b>(22.647)</b>	<b>(12.513)</b>	<b>(35.568)</b>	<b>(264.972)</b>	<b>(937)</b>

- (1) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.
- (2) A Companhia efetuou a 7ª, 16ª, 19ª e 21ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado é de R\$466.424 (R\$264.972 em 2023).
- (3) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e
- Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$231.742, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.
- (4) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (5) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; e
- Contrato de fornecimento de materiais e serviços para as subestações PCH Casca III, Campo Verde, Diamantino, Petrovina e São José do Rio Claro, firmado em 05 de abril de 2022 com vencimento em 04 de abril de 2027 no valor total de R\$5.858, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 665, em 11 de março de 2022.
- (6) Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.
- (7) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD);
- (8) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025.
- (9) Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, cujo prazo de contratação encerra-se em 12/2024.
- (10) Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

## Remuneração dos administradores

	2024	2023
Remuneração anual <sup>(1)</sup>	13.864	12.199
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	628	586
Remuneração da Diretoria	5.202	4.534
Outros benefícios <sup>(2)</sup>	4.663	3.716

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2024.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$88 e R\$3 (R\$84 e R\$3 em 2023), respectivamente. A remuneração média no exercício 2024 foi de R\$33 (R\$29 em 2023).

## Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com

compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (ii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026, (iii) e o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e o segundo Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027.

O 5º Programa é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de Performance Shares são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de Restricted Shares são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	4º programa (1)	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	44.930	49.711	25.039	25.214	24.439	24.439	11.730	1.323
Opções de ações (units) prescritas	7.936	15.738	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início vesting	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	7,88%	12,55%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-	-	DI1J2027	N/A	N/A
Volatilidade (2)	35,09%	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,19	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$46,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

- (1) Em 27 de maio de 2024, foi assinado o termo de quitação da 4ª Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.
- (2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2024. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício 2024, foi ajustado o valor de R\$207 (R\$855 em 2023) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado ao final de 2024 é de R\$5.293 (R\$5.500 em 2023).

## 12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	185.417	195.422
Contribuição social sobre o lucro líquido	66.750	70.352
<b>Total</b>	<b>252.167</b>	<b>265.774</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(563.402)	(436.085)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(202.825)	(156.990)
<b>Total</b>	<b>(766.227)</b>	<b>(593.075)</b>
<b>Total líquido - passivo não circulante</b>	<b>(514.060)</b>	<b>(327.301)</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	521.359	177.262	467.598	158.983
Outras provisões (honorários e outras)	108.196	36.786	102.626	34.893
Ajustes a valor presente	50.856	17.291	39.744	13.513
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatória	45.779	15.565	66.089	22.470
Provisão ajuste atuarial	15.478	5.263	29.200	9.928
Contratos e prestações de serviços	-	-	1.662	565
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(1.807.474)	(614.541)	(1.534.885)	(521.861)
Instrumentos financeiros - derivativos	(170.294)	(57.900)	(76.905)	(26.148)
Marcação a mercado - dívida	(135.116)	(45.939)	61.390	20.873
Provisão IRPJ e CSLL s/ Encargos Capitalizados	(32.593)	(11.082)	(20.355)	(6.921)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(30.256)	(10.287)	(43.135)	(14.666)
Outras exclusões temporárias	(77.875)	(26.478)	(55.680)	(18.930)
<b>Total líquido - passivo não circulante</b>	<b>(1.511.940)</b>	<b>(514.060)</b>	<b>(962.651)</b>	<b>(327.301)</b>

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2025	23.890
2026	23.516
2027	23.424
2028	21.753
2029	21.091
2030 a 2032	75.774
Após 2032	62.719
<b>Total</b>	<b>252.167</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2024	2023
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	1.217.020	1.671.814
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(413.787)	(568.417)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) <sup>(1)</sup>	150.196	261.642
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica <sup>(2)</sup>	7.190	5.121
Incentivos fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDAM) <sup>(3)</sup>	1.649	14.042
Incentivos Fiscais - Outros <sup>(4)</sup>	7.433	12.391
Outros Créditos (Débitos) de exercícios anteriores	-	(13.804)
Créditos referentes a indêbitos tributários <sup>(5)</sup>	108.184	-
Juros selic sobre indêbitos tributários <sup>(5)</sup>	10.747	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(550)	(3.745)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(128.938)</b>	<b>(292.770)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>10,59%</b>	<b>17,51%</b>

<sup>(1)</sup> Em dezembro de 2023 a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, através do Laudo Constitutivo 176/2023, expedido em 26/12/2023, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 024207110 de 11 de março de 2024, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM apurados no exercício, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

<sup>(2)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

<sup>(3)</sup> Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

<sup>(4)</sup> Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

<sup>(5)</sup> **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários.**

A Companhia até o ano-calendário de 2023 optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo).

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários (relativos ao período de 2021

a 2023) caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

### 13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$297.048 (R\$313.077 em 2023).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Ativo financeiro valor justo	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	5.557.646	4.825.060
Adições no exercício <sup>(1)</sup>	1.047.908	445.452
Baixas no exercício	(51.071)	(25.943)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	297.048	313.077
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	6.851.531	5.557.646

<sup>(1)</sup> Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

<sup>(2)</sup> Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

### 14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

	Saldos em 2023	Adição	Transferências			Saldos em 2024
			Intangível - contrato de concessão <sup>(1)</sup>	Ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Outros <sup>(1)</sup>	
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>						
Em construção	849.032	1.465.046	(246.983)	(1.130.343)	4.270	941.022
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>						
Em construção	239.467	69.218	(16.190)	(82.435)	-	210.060
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>609.565</b>	<b>1.395.828</b>	<b>(230.793)</b>	<b>(1.047.908)</b>	<b>4.270</b>	<b>730.962</b>

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão <sup>(1)</sup>	Ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	424.781	1.065.508	(134.838)	(506.419)	849.032
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	201.590	113.534	(14.690)	(60.967)	239.467
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>223.191</b>	<b>951.974</b>	<b>(120.148)</b>	<b>(445.452)</b>	<b>609.565</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$230.793 (R\$120.148 em 2023) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão, enquanto o montante de R\$4.270, sendo R\$4.267 reclassificado do imobilizado e R\$3 do Intangível - software e outros, respectivamente.

<sup>(2)</sup> O montante de R\$1.047.908 (R\$445.452 em 2023) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

## 15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	12.284	-	738	-	-	13.022
Máquinas e Equipamentos	11,40%	51.896	-	7.016	-	-	58.912
Veículos	14,29%	2.405	-	348	(150)	-	2.603
Móveis e utensílios	6,25%	10.059	-	824	-	-	10.883
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>76.644</b>	<b>-</b>	<b>8.926</b>	<b>(150)</b>	<b>-</b>	<b>85.420</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(1.189)	-	-	-	(414)	(1.603)
Máquinas e Equipamentos		(34.894)	-	-	-	(3.290)	(38.184)
Veículos		(163)	-	-	34	(344)	(473)
Móveis e utensílios		(5.618)	-	-	-	(449)	(6.067)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(41.864)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>(4.497)</b>	<b>(46.327)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>34.780</b>	<b>-</b>	<b>8.926</b>	<b>(116)</b>	<b>(4.497)</b>	<b>39.093</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>9.346</b>	<b>17.825</b>	<b>(13.193)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.978</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>44.126</b>	<b>17.825</b>	<b>(4.267)</b>	<b>(116)</b>	<b>(4.497)</b>	<b>53.071</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$4.267 refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	17.361	-	508	(5.585)	-	12.284
Máquinas e Equipamentos	12,01%	47.050	-	5.190	(344)	-	51.896
Veículos	14,29%	-	-	2.405	-	-	2.405
Móveis e utensílios	6,25%	9.399	-	710	(50)	-	10.059
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>73.810</b>	<b>-</b>	<b>8.813</b>	<b>(5.979)</b>	<b>-</b>	<b>76.644</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(995)	-	-	291	(485)	(1.189)
Máquinas e Equipamentos		(32.212)	-	-	18	(2.700)	(34.894)
Veículos		-	-	-	-	(163)	(163)
Móveis e utensílios		(5.220)	-	-	5	(403)	(5.618)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(38.427)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>314</b>	<b>(3.751)</b>	<b>(41.864)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>35.383</b>	<b>-</b>	<b>8.813</b>	<b>(5.665)</b>	<b>(3.751)</b>	<b>34.780</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>5.915</b>	<b>12.244</b>	<b>(8.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.346</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>41.298</b>	<b>12.244</b>	<b>-</b>	<b>(5.665)</b>	<b>(3.751)</b>	<b>44.126</b>

## 16. Intangível

	2024	2023
Intangível - contrato de concessão	1.006.968	1.114.372
Intangível - direito de uso	7.331	1.710
Intangível - software	88.912	71.994
<b>Total</b>	<b>1.103.211</b>	<b>1.188.076</b>

### 16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2024
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	3,94%	5.196.961	247.245	(108.738)	-	5.335.468
Amortização Acumulada		(3.805.186)	(262)	90.360	(395.533)	(4.110.621)
<b>Subtotal</b>		<b>1.391.775</b>	<b>246.983</b>	<b>(18.378)</b>	<b>(395.533)</b>	<b>1.224.847</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,74%	1.443.392	16.282	-	-	1.459.674
Amortização Acumulada		(1.165.989)	(92)	-	(75.714)	(1.241.795)
<b>Subtotal</b>		<b>277.403</b>	<b>16.190</b>	<b>-</b>	<b>(75.714)</b>	<b>217.879</b>
<b>Total do intangível - contrato de concessão</b>		<b>1.114.372</b>	<b>230.793</b>	<b>(18.378)</b>	<b>(319.819)</b>	<b>1.006.968</b>

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2023
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	3,83%	5.128.269	134.844	(66.152)	-	5.196.961
Amortização Acumulada		(3.509.334)	(768)	53.841	(348.925)	(3.805.186)
<b>Subtotal</b>		<b>1.618.935</b>	<b>134.076</b>	<b>(12.311)</b>	<b>(348.925)</b>	<b>1.391.775</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,68%	1.428.702	14.690	-	-	1.443.392
Amortização Acumulada		(1.094.161)	(762)	-	(71.066)	(1.165.989)
<b>Subtotal</b>		<b>334.541</b>	<b>13.928</b>	<b>-</b>	<b>(71.066)</b>	<b>277.403</b>
<b>Total do intangível - contrato de concessão</b>		<b>1.284.394</b>	<b>120.148</b>	<b>(12.311)</b>	<b>(277.859)</b>	<b>1.114.372</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$18.378 (R\$12.311 em 2023), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$18.087 (R\$16.797 em 2023) e não incluiu o montante de R\$1.005 (R\$778 em 2023) referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948 de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,94% (3,83% em 2023).

## Obrigações vinculadas à concessão

Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2024	2023
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	1.254.332	1.185.022
Participação da União, Estados e Municípios <sup>(2)</sup>	1.253.134	1.253.134
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	119.971	119.971
(-) Amortização acumulada	(1.241.795)	(1.165.989)
<b>Total</b>	<b>1.385.642</b>	<b>1.392.138</b>
<b>Alocação:</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão	957.703	875.268
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	210.060	239.467
Intangível - contrato de concessão	217.879	277.403
<b>Total</b>	<b>1.385.642</b>	<b>1.392.138</b>

<sup>(1)</sup> As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

<sup>(2)</sup> Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

## 16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
<b>Intangível - direito de uso</b>					
Custo	16,86%	10.691	8.930	-	19.621
Amortização Acumulada		(8.981)	-	(3.309)	(12.290)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>1.710</b>	<b>8.930</b>	<b>(3.309)</b>	<b>7.331</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
<b>Intangível - direito de uso</b>				
Custo	5,94%	10.691	-	10.691
Amortização Acumulada		(8.346)	(635)	(8.981)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>2.345</b>	<b>(635)</b>	<b>1.710</b>

## 16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Amortização	Saldos em 2024
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	133.131	-	5.244	-	138.375
Amortização Acumulada		(64.964)	-	-	(19.174)	(84.138)
Em curso		3.827	36.095	(5.247)	-	34.675
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>71.994</b>	<b>36.095</b>	<b>(3)</b>	<b>(19.174)</b>	<b>88.912</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$3 refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	81.131	-	52.000	-	133.131
Amortização Acumulada		(52.663)	-	-	(12.301)	(64.964)
Em curso		24.200	31.627	(52.000)	-	3.827
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>52.668</b>	<b>31.627</b>	<b>-</b>	<b>(12.301)</b>	<b>71.994</b>

## 17. Fornecedores

	2024	2023
Compra de energia elétrica <sup>(1)</sup>	307.579	350.259
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE <sup>(2)</sup>	30.743	17.062
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS <sup>(1)</sup>	52.958	45.363
Encargos do uso da rede elétrica <sup>(1)</sup>	816	791
Encargos de serviços do sistema <sup>(3)</sup>	8.995	10.047
Encargos de conexão <sup>(1)</sup>	1.852	1.855
Materiais e serviços e outros <sup>(4)</sup>	199.819	183.446
<b>Total</b>	<b>602.762</b>	<b>608.823</b>
Circulante	561.889	572.875
Não circulante	40.873	35.948

<sup>(1)</sup> **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

<sup>(2)</sup> **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidos pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Os custos mais elevados em 2024 dos efeitos de curto prazo foram motivados, principalmente, pela redução da geração hídrica.

<sup>(3)</sup> **Encargos de Serviços de Sistema - ESS** - os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o custo do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao mesmo exercício de 2023;

<sup>(4)</sup> **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

## 18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
<b>Mensuradas ao custo amortizado</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pós Fixado								
INPC	13.066	-	(1.271)	(657)	1.251	-	-	12.389
IPCA	320.392	197.500	(29.668)	(23.846)	44.539	-	-	508.917
CDI	861.014	367.200	(531.960)	(104.278)	105.551	-	-	697.527
TR	353.542	-	-	(25.491)	25.639	-	-	353.690
(-) Custo com captação	(3.060)	-	-	-	2.506	(2.316)	-	(2.870)
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>1.544.954</b>	<b>564.700</b>	<b>(562.899)</b>	<b>(154.272)</b>	<b>179.486</b>	<b>(2.316)</b>	<b>-</b>	<b>1.569.653</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	1.842.798	746.561	(1.380.137)	(98.259)	515.872	-	-	1.626.835
Euro	133.427	-	-	(2.546)	29.591	-	-	160.472
Marcação a mercado	1.452	-	-	-	-	-	(14.699)	(13.247)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.977.677</b>	<b>746.561</b>	<b>(1.380.137)</b>	<b>(100.805)</b>	<b>545.463</b>	<b>-</b>	<b>(14.699)</b>	<b>1.774.060</b>
<b>Total</b>	<b>3.522.631</b>	<b>1.311.261</b>	<b>(1.943.036)</b>	<b>(255.077)</b>	<b>724.949</b>	<b>(2.316)</b>	<b>(14.699)</b>	<b>3.343.713</b>
Circulante	804.764							926.357
Não circulante	2.717.867							2.417.356

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
<b>Mensuradas ao custo amortizado</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pós Fixado								
INPC	13.967	265	(1.763)	(724)	1.321	-	-	13.066
IPCA	333.458	-	(28.472)	(15.518)	30.924	-	-	320.392
CDI	455.770	500.000	(90.050)	(89.778)	85.072	-	-	861.014
TR	354.193	-	-	(30.409)	29.758	-	-	353.542
(-) Custo com captação	(1.091)	-	-	-	955	(2.924)	-	(3.060)
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>1.156.297</b>	<b>500.265</b>	<b>(120.285)</b>	<b>(136.429)</b>	<b>148.030</b>	<b>(2.924)</b>	<b>-</b>	<b>1.544.954</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	1.657.681	930.000	(621.965)	(83.248)	(39.670)	-	-	1.842.798
Euro	138.858	-	-	(2.383)	(3.048)	-	-	133.427
Marcação a mercado	(16.628)	-	-	-	-	-	18.080	1.452
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.779.911</b>	<b>930.000</b>	<b>(621.965)</b>	<b>(85.631)</b>	<b>(42.718)</b>	<b>-</b>	<b>18.080</b>	<b>1.977.677</b>
<b>Total</b>	<b>2.936.208</b>	<b>1.430.265</b>	<b>(742.250)</b>	<b>(222.060)</b>	<b>105.312</b>	<b>(2.924)</b>	<b>18.080</b>	<b>3.522.631</b>
Circulante	798.604							804.764
Não circulante	2.137.604							2.717.867

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos (% a.a.) Financeiros Anuais	Encargos Swap (% a.a.) Ponta Passiva	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1) (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP (2) (% a.a.)	Garantias (3)	Covenants (4)
	2024	2023								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.690	353.542	TR + 7.00	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	7,81	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	328.116	360.251	CDI + 0.70	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	11,58	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	86.034	111.084	IPCA + 1.83 + 3.00	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,66	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	219.438	209.308	IPCA + 1.83 + 3.00	CDI +0,02	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,66	10,90	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.018	11.690	INPC IBGE + 5.46	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	10,23	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.371	1.376	INPC IBGE	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	4,77	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA (8)	-	500.763	CDI + 1.80	-	Jun/25	Final	12,68	-	A	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	67.471	-	CDI + 1.20	-	dez/27	Final	12,08	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	301.940	-	CDI + 1.04	-	dez/27	Final	11,92	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	203.445	-	IPCA + 5.48 + 1.50	-	dez/43	Mensal a partir de ju/25	11,81	-	F	2
(-) Custo com captação	(2.870)	(3.060)								
Total em Moeda Nacional	1.569.653	1.544.954								
Resolução 4131-Bank of America ML (5)	160.472	133.427	EURO + 1.48	CDI + 1,60	fev/25	Final	21,75	12,48	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 (5)	-	113.500	USD + 1.21	CDI + 1,65	jun/24	Final	29,11	12,53	A	2
JP Morgan - LOAN (5)	-	286.265	USD + 3.04	CDI + 1,55	mar/24	Final	30,94	12,43	A	2
Citibank Loan 60976 (5 e 7)	-	101.819	SOFR + 1.00	CDI + 1,40	mar/24	Final	34,21	12,28	A	2
Scotiabank Loan 13102022 (5)	-	241.016	USD + 5.25	CDI + 1,40	ago/24	Final	33,15	12,28	A	2
Merryl Lynch Loan 01122022 (5)	-	186.563	USD + 5.67	CDI + 1,45	dez/24	Final	33,57	12,33	A	2
Citibank Loan 62778 (5 e 7)	-	293.478	SOFR + 0.80	CDI + 1,50	jun/24	Final	34,01	12,28	A	2
Scotiabank Loan 09032023 (5)	279.530	218.469	USD + 5.36	CDI + 1,57	mar/26	Final	33,26	12,45	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 (5)	35.207	27.525	USD + 5.03	CDI + 1,55	mar/25	Final	32,93	12,43	A	2
Safra Loan 157497 (5)	-	15.404	USD + 6.42	CDI + 1,60	fev/24	Final	34,32	12,48	A	2
Safra Loan 157497 (5)	-	13.030	USD + 6.42	CDI + 1,60	ago/24	Final	34,32	12,48	A	2
Safra Loan 157522 (5)	15.858	11.535	USD + 6.42	CDI + 1,60	fev/25	Final	34,32	12,48	A	2
Safra Loan 157523 (5)	295.312	214.812	USD + 6.42	CDI + 1,60	ago/25	Final	34,32	12,48	A	2
BAML LOAN 17112023 (5)	152.667	119.382	USD + 5.95	CDI + 1,53	nov/25	Final	33,85	12,41	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874 (5)	365.181	-	SOFR + 1.50	CDI + 1,25	jun/28	Final	34,71	12,13	A	2
Scotiabank Loan 4131 30072024 (5)	311.874	-	USD + 5.03	CDI + 1,40	ago/27	Final	32,93	12,28	A	2
J P MORGAN Loan 20092024 (5)	171.206	-	USD + 5.27	CDI + 0,60	jan/25	Final	33,17	11,48	A	2
Marcação à Mercado de Dívida (6)	(13.247)	1.452								
Total em Moeda Estrangeira	1.774.060	1.977.677								
Total	3.343.713	3.522.631								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.

(2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício demonstrados na nota explicativa nº 32.

(3) A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis, F = Finança Bancária

(4) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	<sup>(2)</sup> Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas;

(5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32); e

(6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 32).

(7) Em 14 de junho de 2024, efetuamos a liquidação antecipada junto ao Banco Citibank N.A no valor de R\$327.309.

(8) Em 26 de dezembro de 2024, efetuamos a liquidação antecipada junto ao Banco Bradesco no valor de R\$535.392.

## Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$42.666 (R\$42.874 em 2023), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2024	2023
US\$ x R\$	27,90%	-7,21%
CDI	10,88%	13,15%
IPCA	4,83%	4,62%
TR	0,81%	2,39%
Euro	20,27%	-3,91%
INPC	4,77%	3,71%
Sofr	5,31%	5,55%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	368.513
2027	944.147
2028	277.357
2029	102.470
Após 2029	724.869
<b>Total</b>	<b>2.417.356</b>

## 19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
<b>Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado</b>								
CDI	417.480	1.556.404	(244.618)	(183.026)	74.290	-	-	1.620.530
IPCA	1.451.820	890.000	(284.003)	(99.602)	199.489	-	-	2.157.704
(-) Custo com captação	(23.803)	-	-	-	7.279	(30.997)	-	(47.521)
Marcação a mercado	59.938	-	-	-	-	-	(181.807)	(121.869)
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>1.905.435</b>	<b>2.446.404</b>	<b>(528.621)</b>	<b>(282.628)</b>	<b>281.058</b>	<b>(30.997)</b>	<b>(181.807)</b>	<b>3.608.844</b>
Circulante	550.517							227.713
Não circulante	1.354.918							3.381.131

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
<b>Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados</b>								
CDI	689.768	-	(257.118)	(89.177)	74.007	-	-	417.480
IPCA	1.408.457	150.000	(168.654)	(77.603)	139.620	-	-	1.451.820
(-) Custo com captação	(24.132)	-	-	-	4.967	(4.638)	-	(23.803)
Marcação a mercado	(37.263)	-	-	-	-	-	97.201	59.938
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>2.036.830</b>	<b>150.000</b>	<b>(425.772)</b>	<b>(166.780)</b>	<b>218.594</b>	<b>(4.638)</b>	<b>97.201</b>	<b>1.905.435</b>
Circulante	457.714							550.517
Não circulante	1.579.116							1.354.918

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Garantias <sup>(1)</sup>	Covenants <sup>(2)</sup>
	2024	2023										
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	-	105.646	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5,66	102,65 CDI	jun/24	Final	10,49	11,17	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	-	2.746	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4,71	101,60 CDI	out/24	Final	9,54	11,05	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.368	5.114	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5,11	103,50 CDI	out/27	Final	9,94	11,26	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	181.212	345.233	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5,08	103,70 CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91	11,28	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	-	118.220	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0,73	-	jun/24	Final	11,61	10,88	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.724	32.705	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1,05	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	11,93	10,88	A	1
Debêntures 12ª Emissão	12.623	266.555	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2,30	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	13,18	10,88	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	79.309	75.564	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4,23	CDI + 0,835	out/27	Final	9,06	11,72	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	92.286	87.928	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4,47	CDI - 1,54	out/30	Anual a partir de out/28	9,3	9,34	A	2
Debêntures 14ª Emissão	419.231	399.410	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6,09	CDI + 0,705	out/31	Anual a partir de out/29	10,92	11,59	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	185.005	176.257	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6,16	CDI + 0,717	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,99	11,6	A	2

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Garantias <sup>(1)</sup>	Covenants <sup>(2)</sup>
	2024	2023										
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	107.541	102.456	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6,28	CDI + 0,880	abr/32	Anual a partir de abr/30	11,11	11,76	A	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	22.150	20.873	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6,17	-	set/30	Anual a partir de abr/30	11	10,88	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	138.648	130.593	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6,45	-	set/33	Anual a partir de abr/30	11,28	10,88	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão	425.967	-	07/02/2024	400.000 / 460.000	IPCA + 6,11	CDI + 0,7275	fev/31	Anual a partir de fev/30	10,94	11,61	A	2
Debêntures 18ª Emissão	470.927	-	15/04/2024	460.000 / 107.759	CDI + 0,75	-	abr/29	Anual a partir de abr/30	11,63	10,88	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	111.876	-	15/04/2024	107.759 / 132.241	IPCA + 6,16	-	abr/31	Anual a partir de abr/30	10,99	-	SG	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	137.360	-	15/04/2024	132.241 / 116.404	IPCA + 6,40	-	abr/39	Anual a partir de fev/30	11,23	-	SG	2
Debêntures 20ª Emissão	120.421	-	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0,80	-	set/29	Final	11,68	10,88	A	2
Debêntures 21ª Emissão Única	51.022	-	14/09/2024	50.000 / 50.000	IPCA + 6,44	-	set/34	Final	11,27	10,88	SG	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	720.801	-	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0,80	-	dez/29	Final	11,68	10,88	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.034	-	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0,95	-	dez/31	Final	11,83	10,88	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	200.729	-	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7,03	CDI - 0,67	dez/34	Final	11,86	10,21	A	2
(-) Custo com captação	(47.521)	(23.803)										
Marcação à Mercado de Dívida	(121.869)	59.938										
<b>Total</b>	<b>3.608.844</b>	<b>1.905.435</b>										

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (3) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia.
- (4) Condições de covenants.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado <sup>(*)</sup>	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(\*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2024 as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2027	145.948
2028	90.468
2029	1.524.703
Após 2029	1.620.012
<b>Total</b>	<b>3.381.131</b>

## 20. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	93.641	982.892
Encargos sociais	21.536	11.323
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	5.623
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	96	6.484
Contribuições ao PIS e a COFINS	20.735	45.545
Imposto sobre serviços - ISS	11.184	9.975
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	7.530	6.581
Outros	6.090	7.032
<b>Total</b>	<b>160.812</b>	<b>1.075.455</b>
Circulante	158.293	203.672
Não Circulante	2.519	871.783

<sup>(1)</sup> ICMS incidente sobre a TUSD: vide nota explicativa nº 6.

## 21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 21 de setembro de 2021, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região decisão favorável o processo nº 0004036-91.2017.4.01.3600, da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021 o montante de R\$1.069.192, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como

créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de julho/2022, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

O resumo dos impactos são como segue:

	2024	2023
<b>Saldo em 2023 e 2022</b>	800.427	1.130.620
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	43.153	88.625
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.978)	(4.120)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores <sup>(1)</sup>	(266.970)	(414.698)
<b>Saldo em 2024 e 2023</b>	<b>574.632</b>	<b>800.427</b>
Circulante	185.616	129.560
Não circulante	389.016	670.867

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa nº 9.

## 22. Encargos setoriais e incorporação de redes particulares

### 22.1. Encargos setoriais

	2024	2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.510	36.177
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT <sup>(1 e 2)</sup>	2.071	-
Ministério de Minas e Energia - MME <sup>(1 e 2)</sup>	1.036	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL <sup>(1)</sup>	2.463	11.217
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	42.237	51.539
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	104.091	87.314
<b>Total</b>	<b>156.408</b>	<b>186.247</b>
Circulante	112.537	157.282
Não circulante	43.871	28.965

<sup>(1)</sup> O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

<sup>(2)</sup> Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

## 22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	27.970	65.862
Adições	112.855	151.937
Atualização monetária e juros	32.345	60.315
Pagamentos	(154.820)	(250.144)
<b>Saldo em 2024 e 2023 - circulante</b>	<b>18.350</b>	<b>27.970</b>

## 23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental.

### 23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	Fiscal	Ambiental	2024	2023
Saldos em 2023 e 2022 - não circulante	3.921	61.262	-	620	286	66.089	78.261
Provisões e reversões líquidas	6.250	55.194	7.871	(19)	(9)	69.287	26.710
Pagamentos realizados	(6.173)	(72.391)	(7.871)	-	-	(86.435)	(38.101)
Atualização monetária	100	(3.330)	-	58	10	(3.162)	(781)
<b>Saldos em 2024 e 2023 - não circulante</b>	<b>4.098</b>	<b>40.735</b>	<b>-</b>	<b>659</b>	<b>287</b>	<b>45.779</b>	<b>66.089</b>

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$86.718 (R\$48.609 em 2023). Desse total, R\$78.513 (R\$35.916 em 2023) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

### Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos, (ii) sobreaviso e (iii) intervalo intrajornada, bem como ações de responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

### Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes.

### Fiscal

Nos processos tributários discute-se principalmente o recolhimento de Contribuições Previdenciárias e impostos sobre serviço.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

### Ambiental

Processos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

## 23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2024	2023
Saldos em 2023 e 2022	26.037	962.040	392.091	17.350	2.338	1.399.856	1.310.358
Novos processos	2.169	10.695	303.251	3.059	410	319.584	51.186
Mudança de prognósticos e valor pedido	(6.046)	123.273	(127.108)	-	99	(9.782)	23.523
Encerramento de processos	(6.374)	(34.120)	(1.776)	-	(50)	(42.320)	(71.348)
Atualização monetária	2.472	49.617	46.592	1.983	121	100.785	86.137
<b>Saldos em 2024 e 2023</b>	<b>18.258</b>	<b>1.111.505</b>	<b>613.050</b>	<b>22.392</b>	<b>2.918</b>	<b>1.768.123</b>	<b>1.399.856</b>

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

### Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos, (ii) sobreaviso e (iii) indenizações, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

### Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes.

#### Principais processos:

Processo	Tipo da ação	Objeto	2024	2023
100406845.2018.4.01.3600	Ação de cobrança	Onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.	419.787	399.843
17436-75.2014.811.0041	Ação de Indenização	Ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	97.157	92.541
54570-73.2013.811.0041	Ação de Indenização	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	55.058	52.442
13549-66.2015.811.0003	Ação de Indenização	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais.	47.554	45.294
1005691-76.2017.8.11.0041	Ação de Indenização	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.	39.530	37.652
0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede. No exercício, ocorreu a reavaliação dos riscos do processo, realizada pelos consultores jurídicos.	66.860	21.500

### Fiscal

As ações de natureza tributária, referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) compensação e aproveitamento de créditos envolvendo ICMS; (ii) Discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e (iii) discussão sobre não homologação de DCTF; (iv) creditamento DIFAL; (v) imposto sobre serviços, entre outros.

#### Principais processos:

Nº Processo	Tipo da ação	Objeto	2024	2023
0010774-95.2017.4.01.3600	Execução fiscal	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.	170.314	153.478
14094.720008/2018-36	Processo administrativo	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	116.669	105.025
14041.720061/2020-77	Processo administrativo	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	34.674	31.246
1026238-64.2022.8.11.0041	Execução fiscal	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL. Processo teve o prognóstico foi alterado de remoto para possível, após reavaliação enviada pelo consultor jurídico.	69.727	-

## Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidades aplicadas em razão de autos de infração oriundos de fiscalizações.

## Ambiental

Processos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

## 24. Outros passivos

	2024	2023
Créditos de consumidores <sup>(1)</sup>	86.971	49.879
Encargos tarifários	3.403	3.403
Participações empregados e administradores	13.324	24.812
Convênio de arrecadação	1.335	1.583
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	671	5.162
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso <sup>(2)</sup>	58.548	59.471
Folha de pagamento	10.074	8.517
Bônus de redução voluntária de consumo <sup>(3)</sup>	1.763	1.845
Retenção de caução contratual	6.410	5.925
Parcelamentos de multas regulatórias	2.452	4.769
Outras contas a pagar	24.445	7.364
<b>Total</b>	<b>209.396</b>	<b>172.730</b>
Circulante	113.896	92.598
Não circulante	95.500	80.132

<sup>(1)</sup> Inclui o valor do Bônus de Itaipu homologado por meio da Resolução Homologatória nº 3.420, de 26 de novembro de 2024, a ser repassado às Unidades Consumidoras elegíveis ao recebimento, nas faturas de energia emitidas em janeiro de 2025.

<sup>(2)</sup> Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela Companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

<sup>(3)</sup> Refere-se ao Programa de incentivo a redução voluntário de consumo de energia elétrica.

## 25. Patrimônio líquido

### 25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.677.113 (R\$1.677.113 em 2023) e está representado por 75.529.774 (75.529.774 em 2023) ações ordinárias e 143.412.165 (143.412.165 em 2023) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 150.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- (i) Sem direito a voto;
- (ii) Prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;
- (iii) Prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;
- (iv) Direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso "III" supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

## 25.2. Reserva de capital

	2024	2023
Incentivos fiscais de Reinvestimentos <sup>(1)</sup>	18.141	18.141
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(2)</sup>	5.293	5.500
Total	<b>23.434</b>	<b>23.641</b>

<sup>(1)</sup> Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

<sup>(2)</sup> Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

## 25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## 25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício de 2024 a Companhia apurou R\$150.196 (R\$261.642 em 2023) de redução de imposto de renda e adicionais.

Em 2024 foram apurados R\$1.649 (R\$14.042 em 2023) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios.

## 25.5. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$81.525 (R\$316.348 em 2023) foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

## 25.6. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2024	2025
Lucro líquido do exercício	1.088.082	1.379.044
Dividendos prescritos	566	-
Reserva legal	(52.599)	(68.952)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	8.498	8.766
Reserva de redução de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(151.844)	(275.684)
Lucro líquido ajustado	<b>892.703</b>	<b>1.043.174</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	<b>223.176</b>	<b>260.794</b>
. Valores pagos em 23 de julho de 2024 - R\$1,304991995 por ação ordinária e R\$1,304991966 por ação preferencial <sup>(1)</sup>	285.717	-
. Valores pagos em 25 de agosto de 2023 - R\$0,766007970 por ação preferencial	-	109.855
. Valores pagos em 04 de dezembro de 2023 - R\$1,8748262800 por ação ordinária e R\$1,108818300 por ação preferencial	-	300.623
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$2,40 (R\$ R\$1,444893640 em 2023) por ação do capital social <sup>(2)</sup>	525.461	316.348
Total dos dividendos	<b>811.178</b>	<b>726.826</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	91%	70%

<sup>(1)</sup> Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 01 de julho de 2024, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2024.

<sup>(2)</sup> Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

## 25.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	24.105	(35.082)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	18.773	89.677
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(6.383)	(30.490)
Saldo em 2024 e 2023	<b>36.495</b>	<b>24.105</b>

## 26. Receita operacional

	2024			2023		
	Nº de consumidores <sup>(1)</sup>	MWh <sup>(1)</sup>	R\$	Nº de consumidores <sup>(1)</sup>	MWh <sup>(1)</sup>	R\$
Residencial	1.378.184	3.728.054	3.995.312	1.326.625	3.669.516	3.819.651
Industrial	15.233	399.707	466.845	16.681	511.659	587.113
Comercial	101.770	1.151.471	1.330.260	103.498	1.295.855	1.409.560
Rural	174.014	1.263.622	1.311.319	175.936	1.301.524	1.290.212
Poder público	13.819	516.151	525.575	13.280	477.609	479.712
Iluminação pública	756	341.203	211.953	874	367.326	223.974
Serviço público	1.713	151.576	156.170	1.568	155.451	149.113
Consumo próprio	327	11.112	-	310	10.141	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.685.816</b>	<b>7.562.896</b>	<b>7.997.434</b>	<b>1.638.772</b>	<b>7.789.081</b>	<b>7.959.335</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	678.970	58.691	-	612.676	44.028
Fornecimento não faturado líquido	-	(6.605)	(66.120)	-	101.931	96.366
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	2.281	-	1.208.482	747	-	1.002.472
Receita de construção da infraestrutura <sup>(2)</sup>	-	-	1.311.385	-	-	939.309
Penalidades Regulatórias	-	-	(63.932)	-	-	(56.782)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	297.048	-	-	313.077
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	231.191	-	-	140.327
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	701.424	-	-	500.728
Outras receitas operacionais	-	-	75.720	-	-	64.366
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>1.688.097</b>	<b>8.235.261</b>	<b>11.751.323</b>	<b>1.639.519</b>	<b>8.503.688</b>	<b>11.003.226</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	1.606.085	-	-	1.537.256
PIS	-	-	141.739	-	-	132.649
COFINS	-	-	652.860	-	-	610.990
ISS	-	-	743	-	-	688
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	26.396	-	-	25.236
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	6.599	-	-	6.309
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.058.333	-	-	1.081.486
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	13.198	-	-	12.618
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	13.198	-	-	12.618
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	6.599	-	-	6.309
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	11.094	-	-	11.812
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.536.844</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.437.971</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>1.688.097</b>	<b>8.235.261</b>	<b>8.214.479</b>	<b>1.639.519</b>	<b>8.503.688</b>	<b>7.565.255</b>

(1) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(2) Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	3.051.070	-	-	-	3.051.070	2.615.414
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	628.420	-	-	-	628.420	573.762
Pessoal e administradores	-	205.433	4	116.314	321.751	283.501
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	(207)	(207)	855
Benefícios pós emprego	-	6.558	-	3.370	9.928	7.809
Material	-	47.564	15	14.135	61.714	51.077
Serviço de terceiros	-	192.900	5	175.983	368.888	376.088
Amortização e depreciação	-	299.727	-	27.980	327.707	278.527
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	173.230	-	-	173.230	123.159
Provisão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	69.287	69.287	26.710
Custo de construção da infraestrutura	-	-	1.311.385	-	1.311.385	939.309
Outros <sup>(1)</sup>	-	9.311	7	41.004	50.322	53.566
<b>Total</b>	<b>3.679.490</b>	<b>934.723</b>	<b>1.311.416</b>	<b>447.867</b>	<b>6.373.496</b>	<b>5.329.777</b>

<sup>(1)</sup> Inclui no custo de serviço de operação R\$1.580 em 2023 referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

### Energia elétrica comprada para revenda

	MWH <sup>(1)</sup>		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Energia de Itaipú - Binacional	1.543.265	1.487.242	393.837	322.864
Energia de leilão <sup>(2)</sup>	3.960.402	4.054.105	1.152.502	938.097
Energia bilateral	2.212.607	2.266.962	815.866	874.336
Cotas de Angra	306.183	287.673	103.329	98.343
Energia de curto prazo - CCEE <sup>(3)</sup>	233.915	322.232	251.569	53.269
Cotas Garantia Física	1.613.362	1.774.122	317.088	287.154
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	171.599	173.926	104.062	111.361
Energia de reserva - ERR	-	-	184.936	193.251
Reembolso CCC	-	-	(16.120)	(10.206)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(255.999)	(253.055)
<b>Total</b>	<b>10.041.333</b>	<b>10.366.262</b>	<b>3.051.070</b>	<b>2.615.414</b>

<sup>(1)</sup> Informação não examinada pelos auditores independentes.

<sup>(2)</sup> Inclui créditos relacionados a geração distribuída.

<sup>(3)</sup> Inclui demais custos, sendo os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

## 28. Outros resultados

	2024	2023
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	4.497	8.038
Outras	-	2.820
	<u>4.497</u>	<u>10.858</u>
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(53.202)	(79.786)
Provisão/Perda ICMS geração distribuída <sup>(1)</sup>	(30.015)	-
Recuperação de créditos cedidos ao FIDC	(12.403)	-
Outras	(23.164)	(6.452)
	<u>(118.784)</u>	<u>(86.238)</u>
<b>Total</b>	<b>(114.287)</b>	<b>(75.380)</b>

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa nº 6.

## 29. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	116.054	76.917
Varição monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	134.839	127.839
Juros ativos	43.935	22.041
Ajuste a valor presente	678	851
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	8.325	9.863
Atualização monetária de depósitos judiciais	815	(498)
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(17.205)	(15.980)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	47.258	88.607
Outras receitas financeiras	18.770	18.889
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>353.469</b>	<b>328.529</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos de dívidas - juros	(466.791)	(387.931)
(-) Transferência para ordens em curso	13.940	10.261
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(539.216)	64.025
Juros e multas	(4.545)	(2.446)
Marcação a mercado de dívidas	196.506	(115.281)
Marcação a mercado de derivativos	(226.508)	121.230
Instrumentos financeiros derivativos	335.397	(359.456)
Ajuste a valor presente	(12.445)	5.515
Atualização projetos PEE - P&D	(4.611)	(3.881)
Juros de incorporação de redes	(32.345)	(60.315)
Atualização monetária de provisão para risco	3.162	781
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(2.704)	(12.080)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(54.513)	(16.570)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(43.153)	(88.625)
Outras despesas financeiras	(25.319)	27.960
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(863.145)</b>	<b>(816.813)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(509.676)</b>	<b>(488.284)</b>

## 30. Lucro por ação

	Exercícios findos em:	
	2024	2023
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	735.794	932.552
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	352.288	446.492
	<b>1.088.082</b>	<b>1.379.044</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	143.412	143.412
Média ponderada de número de ações ordinárias	75.530	75.530
	<b>218.942</b>	<b>218.942</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação em Reais R\$: <sup>(1)</sup></b>		
Ação preferencial	5,11	6,50
Ação ordinária	4,64	5,91

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 31. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			2024	2023
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2025	50.000	390	358
Riscos operacionais	22/06/2025	90.000	3.150	3.150
Responsabilidade civil ambiental	20/10/2026	20.000	197	-
Responsabilidade civil geral	23/06/2025	90.000	1.658	1.658
Auto frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	416	211
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	196.722	507	440
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	59	29
Riscos diversos (RD) equipamentos	14/02/2026	10.000	856	45
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	131	98
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - RETA (Drones)	30/06/2025	1.158/drone	8	4
			<b>7.372</b>	<b>5.993</b>

## 32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$297.048 (R\$313.077 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		97.844	97.844	162.215	162.215
Consumidores e concessionárias		1.446.132	1.446.132	2.696.713	2.696.713
Títulos de crédito a receber		7.472	7.472	7.673	7.673
Ativos financeiros setoriais		134.834	134.834	-	-
		<b>1.686.282</b>	<b>1.686.282</b>	<b>2.866.601</b>	<b>2.866.601</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.534.663	1.534.663	825.523	825.523
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.851.531	6.851.531	5.557.646	5.557.646
Instrumentos financeiros derivativos	2	399.514	399.514	249.321	249.321
		<b>8.785.708</b>	<b>8.785.708</b>	<b>6.632.490</b>	<b>6.632.490</b>

PASSIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		602.762	602.762	608.823	608.823
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		5.178.497	5.178.497	3.450.389	3.450.389
Arrendamentos operacionais		8.480	8.480	1.934	1.934
Passivos financeiros setoriais		349.846	349.846	289.291	289.291
		<b>6.139.585</b>	<b>6.139.585</b>	<b>4.350.437</b>	<b>4.350.437</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	229.220	229.220	172.416	172.416
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		1.774.060	1.798.072	1.977.677	1.986.155
		<b>2.003.280</b>	<b>2.027.292</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.158.571</b>

## Categoria dos Instrumentos financeiros

### Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2024 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$181.807 (R\$97.201 devedor em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2024, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$14.699 (R\$18.080 em 2023) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Gerenciamento dos Riscos

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha,

através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

#### a) Risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2024	2023
Dívida <sup>(1)</sup>	6.952.557	5.428.066
Caixa e equivalentes de caixa	(97.844)	(162.215)
<b>Dívida líquida</b>	<b>6.854.713</b>	<b>5.265.851</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.259.878</b>	<b>3.761.112</b>
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,61</b>	<b>1,40</b>

<sup>(1)</sup> A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

#### b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		561.889	-	-	-	40.873	602.762
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,17%	670.174	924.880	2.324.470	2.697.445	3.642.050	10.259.019
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.697	(63.295)	(107.622)	(42.898)	24.824	(170.294)
<b>Total</b>		<b>1.250.760</b>	<b>861.585</b>	<b>2.216.848</b>	<b>2.654.547</b>	<b>3.707.747</b>	<b>10.691.487</b>

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

### c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

#### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	97.844	162.215
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	1.534.663	825.523
Consumidores e concessionárias	6	1.446.132	2.696.713
Títulos de crédito a receber	-	7.472	7.673
Ativos financeiros setoriais	9	134.834	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	6.851.531	5.557.646
Instrumentos financeiros derivativos	32	399.514	249.321

### d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou no exercício em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 27,91% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$ 6,1923 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2024 era de 14,51%, enquanto 31 de dezembro de 2023 foi de 9,87%. A taxa de câmbio do euro encerrou no exercício em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 20,27% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$ 6,4363/Euro. A volatilidade do Euro era de 15,24% em 31 de dezembro de 2024.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em dezembro de 2024, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$7.002.948 (R\$5.454.929 em 2023), R\$1.774.060 (R\$1.977.677 em 2023) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e nº 19.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

No exercício, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2024	2023
Ativo circulante	153.159	79.061
Ativo não circulante	246.355	170.260
<b>Total do ativo</b>	<b>399.514</b>	<b>249.321</b>
Passivo circulante	108.561	141.254
Passivo não circulante	120.659	31.162
<b>Total do passivo</b>	<b>229.220</b>	<b>172.416</b>

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar e ao euro, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	44.265	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	5.682	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	2.322	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	21/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	43.246	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	18/08/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank Of America	24.450	USD + 7,00%	CDI + 1,53%	17/11/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P.Morgan	27.199	USD + 6,20%	CDI + 0,60%	24/01/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	128.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	Não Designada
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,020%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	372.870	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.861	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	89.631	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.498.661	2.057.812	Moeda Estrangeira	(1.773.998)	(1.977.117)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira	1.773.998	1.977.117
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(1.569.778)	(2.122.380)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	<b>204.220</b>	<b>(145.263)</b>
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(1.569.778)</b>	<b>(2.122.380)</b>

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge) (1)	1.688.346	1.310.655	Taxa Pré-Fixada	(1.500.102)	(1.199.619)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	1.762.116	1.566.289
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.688.346	1.310.655	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(1.796.042)	(1.344.121)
			Posição Líquida Swap	(33.926)	222.168
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(1.534.028)</b>	<b>(977.451)</b>

(1) Os empréstimos designados formalmente como “*Fair Value Hedge*” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base nas demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(1.498.661)		(1.252.234)	(1.634.127)	(2.016.020)
Variação Dívida			246.427	(135.466)	(517.359)
Swap Cambial					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.773.998		1.527.571	1.909.464	2.291.357
Variação		Alta Cambio	(246.427)	135.466	517.359
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.569.778)		(1.569.778)	(1.569.778)	(1.569.778)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>204.220</b>		<b>(42.207)</b>	<b>339.686</b>	<b>721.579</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.294.441)</b>		<b>(1.294.441)</b>	<b>(1.294.441)</b>	<b>(1.294.441)</b>

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$1.294.441 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.688.346)		(1.688.346)	(1.688.346)	(1.688.346)
Variação Dívida			-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	1.762.116		1.762.116	1.762.116	1.762.116
Variação			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.796.042)		(1.796.042)	(2.038.625)	(2.304.430)
Variação			-	(242.583)	(508.388)
<b>Subtotal</b>	<b>(33.926)</b>		<b>(33.926)</b>	<b>(276.509)</b>	<b>(542.314)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.722.272)</b>		<b>(1.722.272)</b>	<b>(1.964.855)</b>	<b>(2.230.660)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.534.663	Alta do CDI	230.199	287.749	345.299
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.569.778)	Alta do CDI	(235.467)	(294.334)	(353.201)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(2.318.057)	Alta do CDI	(347.709)	(434.636)	(521.564)
	(2.544.752)	Alta do IPCA	(122.912)	(153.640)	(184.368)
	(12.389)	Alta do INPC	(591)	(739)	(887)
	(353.690)	Alta do TR	(2.865)	(3.581)	(4.298)
<b>Subtotal <sup>(2)</sup></b>	<b>(6.798.666)</b>		<b>(709.544)</b>	<b>(886.930)</b>	<b>(1.064.318)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(5.264.003)</b>		<b>(479.345)</b>	<b>(599.181)</b>	<b>(719.019)</b>

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, IPCA 4,83% ao ano, INPC 4,77% ao ano e TR 0,81% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$204.282.

### 33. Benefícios pós-emprego

#### 33.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Plano de Previdência				Total	
		Passivo Atuarial - Plano BD	Contrato de dívida		Total Plano de Previdência	2024	2023
			Plano CD	Plano BD			
<b>Total</b>	<b>15.053</b>	-	<b>11.018</b>	<b>1.371</b>	<b>12.389</b>	<b>27.442</b>	<b>41.999</b>
Circulante	2.900	-	1.276	71	1.347	4.247	6.401
Não circulante	12.153	-	9.742	1.300	11.042	23.195	35.598
<b>Benefícios pós-emprego</b>						<b>15.053</b>	<b>28.933</b>
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						12.389	13.066

#### 33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2024 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Cemat BD-I	BD	Fechado	01/01/1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;</li> <li>• Complementação de aposentadoria especial;</li> <li>• Complementação de aposentadoria por idade;</li> <li>• Complementação de aposentadoria por invalidez;</li> <li>• Complementação de pensão por morte; e</li> <li>• Complementação de abono anual;</li> <li>• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários;</li> <li>• Pecúlio por Invalidez ou Morte.</li> </ul>
Plano Cemat OP	CV	Fechado	01/01/1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suplementação da aposentadoria por invalidez;</li> <li>• Suplementação do auxílio-doença;</li> <li>• Abono Anual;</li> <li>• Suplementação da pensão por morte; e</li> <li>• Pecúlio por morte.</li> </ul>
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposentadoria;</li> <li>• Benefício por invalidez;</li> <li>• Pensão por morte.</li> </ul>
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposentadoria;</li> <li>• Benefício por invalidez;</li> <li>• Pensão por morte.</li> </ul>

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$7.785 (R\$6.797 em 2023), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2024 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$202 (R\$37 em 2023), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

### Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	2024	2023
Ativos	2.672	2.121
Auto patrocinados	8	7
Benefício Proporcional Diferido - BPD	54	31
Assistidos	474	459
<b>Total</b>	<b>3.208</b>	<b>2.618</b>

### Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

### 33.3. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

#### a. Número de participantes/beneficiários:

	2024			2023		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP <sup>(1)</sup>	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP <sup>(1)</sup>	RISCO
Número Ativos	-	-	10	-	-	46
Número Aposentados	5	33	-	5	31	8
Número Beneficiários Pensionistas	11	17	14	12	19	14
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>50</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>50</b>	<b>68</b>

<sup>(1)</sup> No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

## b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2024			2023		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO
<b>I - Tábuas Biométricas <sup>(1)</sup></b>						
Tábua de Mortalidade <sup>(2)</sup>	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)
Tábua de Inválidos <sup>(2)</sup>	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo
<b>II - Variáveis Econômicas</b>						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,71%	6,79%	6,71%	5,75%	5,75%	5,75%
Expectativa de Inflação Futura <sup>(3)</sup>	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,97%	11,06%	10,97%	9,98%	9,98%	9,98%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,97%	11,06%	10,97%	9,98%	9,98%	9,98%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,19%	N/A	2,19%	2,19%	N/A	2,19%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	N/A	100%	100%	N/A	100%
Índice do Plano	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE
Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado					
<b>III - Tábua de anuidade de pensão</b>						
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	N/A	N/A	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real					

(1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.

(2) Tábuas específicas por sexo.

(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (IAS 19).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

### c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2024				2023			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	4.188	25.229	11.383	40.800	3.799	23.063	10.202	37.064
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(680)	(5.930)	(1.340)	(7.950)	(448)	1.336	726	1.614
Retorno esperado dos ativos do plano	469	2.816	1.253	4.538	448	2.569	1.132	4.149
Contribuições do empregador	171	-	195	366	248	-	485	733
Contribuições dos participantes	183	-	-	183	112	-	-	112
Benefícios pagos	(324)	(1.905)	(981)	(3.210)	29	(1.739)	(1.162)	(2.872)
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	4.007	20.210	10.510	34.727	4.188	25.229	11.383	40.800

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2024				2023			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	3.323	20.705	14.596	38.624	2.811	19.819	13.271	35.901
Custo do serviço corrente	-	-	5	5	-	-	7	7
Custo dos juros	368	2.292	1.625	4285	336	2.194	1.487	4.017
Contribuições de participantes	183	-	-	183	112	-	-	112
(Ganhos)/Perdas atuariais	(1.079)	(1.718)	(4.147)	(6.944)	35	431	993	1.459
Benefícios pagos	(324)	(1.905)	(981)	(3.210)	29	(1.739)	(1.162)	(2.872)
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	2.471	19.374	11.098	32.943	3.323	20.705	14.596	38.624

Posição Líquida dos planos	2024				2023			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos	4.007	20.210	10.510	34.727	4.188	25.229	11.383	40.800
Valor presente das obrigações	(2.471)	(19.374)	(11.098)	(32.943)	(3.323)	(20.705)	(14.596)	(38.624)
Posição líquida	1.536	836	(587)	1.784	865	4.524	(3.213)	2.176
Limite do Ativo	(1.536)	(836)	-	(2.372)	(865)	(4.524)	-	(5.389)
Déficit passível de reconhecimento			(588)	(588)	-	-	(3.213)	(3.213)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2024	2023
Posição líquida em 2023 e 2022	3.213	3.069
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(2.807)	267
Contribuição do empregador	(195)	(485)
Efeito no resultado do exercício	377	362
Posição líquida em 2024 e 2023	588	3.213
Circulante	68	377
Não Circulante	520	2.836

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2025, segundo os critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2025
Custo do serviço corrente	3
Custo dos juros	1.175
Retorno dos Ativos do Plano	(1.110)
<b>Total da despesa a ser reconhecida</b>	<b>68</b>

#### d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2024			2023		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO
<b>Investimentos:</b>						
Títulos públicos	74,19%	85,52%	73,96%	74,50%	78,98%	65,91%
Créditos privados e depósitos	1,80%	0,89%	0,73%	2,50%	1,39%	1,08%
Fundos de investimento	23,04%	13,44%	24,66%	21,96%	19,39%	32,29%
Operações com participantes	0,97%	0,15%	0,65%	1,04%	0,24%	0,72%
<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% e 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Plano Beneficiário	2024			2023		
	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
CEMAT BD-I	2.471	2.552	2.394	3.323	3.435	3.216
CEMAT OP	19.374	20.006	18.773	20.705	21.404	20.039
RISCO	11.098	11.460	10.752	14.596	15.089	14.126

#### 33.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$29.352 (R\$23.029 em 2023). Inclui R\$2.163 (R\$1.172 em 2023) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

	2024	2023
Valor presente das obrigações no início do exercício	27.096	104.384
Custo do serviço corrente	2.163	1.172
Custos dos juros	2.704	12.080
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(16.910)	(90.540)
<b>Valor das obrigações calculadas no final do exercício</b>	<b>15.053</b>	<b>27.096</b>
Circulante	2.900	4.867
Não circulante	12.153	22.229

Demonstração das despesas para os exercícios de 2025, segundo critérios do CPC 33 (R1):

Descrição	2025
Custo do serviço corrente	1.139
Custos dos juros	1.761
<b>Total da despesa a ser reconhecida</b>	<b>2.900</b>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

#### a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2024		2023	
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	BRADESCO
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,40%	7,40%	5,75%	5,75%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,70%	11,70%	9,98%	9,98%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	9,50%	6,00%	9,50%	6,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo			
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

## 34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia <sup>(1)</sup>					
Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2056	2.459.842	2.560.607	2.419.091	2.188.011	22.335.798

<sup>(1)</sup> Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os mesmos, foram homologados pela ANEEL.

### 35. Meio Ambiente (\*)

---

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes, linhas e subestações: Os empreendimentos em ampliação, instalação e operação são submetidos ao licenciamento ambiental de acordo com a esfera de licenciamento (municipal, estadual e federal). O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), conforme Lei Federal Nº 6.938/1981, que preconiza que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
2. Na fase prévia são realizados estudos ambientais (EIA/RIMA, Relatórios Simplificados e outros) para avaliar se o empreendimento possui viabilidade socioambiental conforme suas características e localização, para obtenção da Licença Prévia ou licenças similares. Nesta fase são envolvidos os órgãos ambientais competentes (Secretarias municipais, Órgãos Estaduais e Ibama) e intervenientes (FUNAI, ICMBio, IPHAN e outros).
3. Na fase de instalação/ampliação dos empreendimentos, após a obtenção da Licença de Instalação, é prevista a necessidade de autorização e anuências complementares, sempre que aplicável, como autorizações de supressão de vegetação, intervenção em APP, outorgas, autorização de interferência em patrimônio históricos e cultural, interferência em Zonas de Amortecimentos de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas etc. Nesta fase também são implantados os programas e planos de prevenção e mitigação de impactos ambientais e medidas compensatórias.
4. Para as Redes Rurais - RDR's é necessário fazer o RAS - Relatório Ambiental Simplificado das ligações de clientes rurais em áreas sensíveis (Unidades de Conservação, Área de Preservação Permanente, Pantanal e Zonas de Amortecimento) e inventário florestal (quando necessário), o órgão emite um Certificado Ambiental e Autorização de desmate.
5. Em 2024, um mil e cem (1.100) clientes foram atendidos através do Programa "Luz para Todos" - LPT Remoto recebendo energia através da instalação de sistema fotovoltaicos individuais. Estes clientes se encontram isolados ou muito distantes do sistema de distribuição, impossibilitando o atendimento pelo método convencional. Grande parte dos clientes atendidos no LPT Remoto são comunidades e povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e outros) do Estado de Mato Grosso.
6. Na operação dos empreendimentos são implantados programas e planos ambientais específicos para esta fase, com o objetivo de manutenção e renovação das Licenças de Operação. Entre as medidas mitigadoras de impacto na fase de operação destaca as manutenções das redes em áreas arborizadas, na fase de instalação são utilizados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com a vegetação, de forma a evitar podas indesejáveis. E em caso de necessidade de podas, são realizadas o mínimo possível, para não comprometer a distribuição de energia.
7. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo isolante mineral, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
8. Em 2024 a Energisa Mato Grosso enviou ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR o seu Inventário ao Inventário de PCB, cumprindo os compromissos estabelecido na Convenção de Estocolmo.

9. Destinação final de lâmpadas e outros resíduos perigosos: a Companhia possui procedimento para destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas.

10. Na Contratação de fornecedores: contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.

11. Patrocínios de projetos ambientais e sociais: parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso com o Projeto Verde Novo, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Patrocínio para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 30 anos no resgate, manutenção, proteção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

No exercício de 2024, os montantes investidos nos projetos descritos acima, totalizaram R\$288.157 (R\$158.204 em 2023).

(<sup>c</sup>) Não examinado pelos auditores independentes.

## 36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2024	2023
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	1.047.908	445.452
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	297.048	313.077
<b>Atividades operacionais</b>		
Fornecedores a prazo	109.319	77.589
Incorporação de redes	112.884	151.937
Benefício pós-emprego -déficit atuarial	-	1.376
Arrendamento mercantil - IFRS 16	8.930	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	109.319	77.589
Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	112.884	151.937
Intangível - IFRS 16	8.930	-
<b>Atividade de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos -déficit atuarial	-	1.376

## 37. Eventos subsequentes

### 37.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### 37.2. Dividendos do exercício de 2024

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025, aprovou a distribuição de dividendos propostos à conta do lucro do exercício de 2024, no montante de R\$525.461, equivalentes a R\$2,40 (reais) por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 25 de março de 2025, com base na posição acionária do dia 25 de fevereiro de 2025, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

### 37.3. Prorrogação das Concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguem entre os anos de

2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias terão 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. A Companhia mantém o interesse nas respectivas prorrogações de concessões.



## **Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024**

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 18 de março de 2025.

**Marcelo Vinhaes Monteiro**

Diretor Presidente

**Mauricio Perez Botelho**

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Fernando Cezar Maia**

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Fabício Sampaio Medeiros**

Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**

Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**

Diretor sem designação específica

**Rodolfo da Paixão Lima**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador – CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT



## Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 18 de março de 2025.

**Marcelo Vinhaes Monteiro**

Diretor Presidente

**Mauricio Perez Botelho**

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Fernando Cezar Maia**

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Fabício Sampaio Medeiros**

Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**

Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**

Diretor sem designação específica

**Rodolfo da Paixão Lima**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT



## Conselho de Administração

---

### **Omar Carneiro da Cunha Sobrinho**

Presidente

### **Ricardo Perez Botelho**

Vice-Presidente

### **Maurício Perez Botelho**

Conselheiro

### **Hélio Tito Simões de Arruda**

Conselheiro

## Conselho Fiscal

---

### **Flavio Stamm**

Membro efetivo

### **Daniel Vinicius Alberini Schrickte**

Membro efetivo

### **Jorge Nagib Amary Junior**

Membro efetivo

### **Gilberto Lerio**

Membro suplente

### **Francisco Asclépio Barroso Aguiar**

Membro suplente

### **Gilberto Aparecido de Farias**

Membro Suplente

## Diretoria Executiva

---

### **Marcelo Vinhaes Monteiro**

Diretor Presidente

### **Mauricio Perez Botelho**

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

### **Fernando Cezar Maia**

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

### **Fabício Sampaio Medeiros**

Diretor Técnico e Comercial

### **José Marcos Chaves de Melo**

Diretor de Suprimentos e Logística

### **Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora de Gestão de Pessoas

### **Gioreli de Sousa Filho**

Diretor sem designação específica

### **Rodolfo da Paixão Lima**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT

**ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE nº 51.300.001.179

- Companhia Aberta -

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), realizada em 18 de março de 2025.

1. **Data, Hora e Local:** Aos 18 dias do mês de março de 2025, às 13h00 (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Rua Vereador João Barbosa Caramuru, nº 184, bairro Bandeirantes, Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78.0109-00.
2. **Convocação e Presença:** Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de *quórum* suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presentes também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Rodolfo da Paixão Lima.
3. **Mesa:** Presidente: Sr. Flavio Stamm  
Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz
4. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
  - 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
  - 4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e das contas da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o orçamento de capital da Companhia que considera retenção de parte do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme apresentação realizada pelos representantes da Companhia que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais, cujo conteúdo é idêntico ao apresentado ao Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na presente data e contém as informações necessárias para que os membros do Conselho Fiscal emitam a sua opinião nos termos do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada de tempos em tempos.
  - 4.3. A cópia do material apresentado nos itens 4.2 fica arquivada na Companhia.
  - 4.4. Opinar favoravelmente acerca do encaminhamento dos documentos descritos no item 4.2. acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo I da presente ata.
  - 4.5. Consignar que os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento da proposta que a administração da Companhia submeterá à Assembleia Geral para aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização do saldo da reserva de capital “incentivo fiscal – redução

de imposto de renda” em atendimento às obrigações exigidas pelo incentivo fiscal recebido da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

4.6. Opinar favoravelmente à proposta da administração descrita no item 4.5 acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo II da presente ata.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

**Mesa:**

Flavio Stamm  
Presidente

Guilherme Fiuza Muniz  
Secretário

**Conselheiros Fiscais:**

Jorge Nagib Amary Junior

Flavio Stamm

Daniel Vinicius Alberini Schrickte

**Anexo I à Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., realizada no dia 18 de março de 2025 às 14h30.**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76, apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da administração; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iv) o relatório anual dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 18 de março de 2025; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

**Conselheiros Fiscais:**

Jorge Nagib Amary Junior

Flavio Stamm

Daniel Vinicius Alberini Schrickte

**Anexo II à Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., realizada no dia 18 de março de 2025 às 14h30.**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76, assistiu a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de março de 2019, na qual a administração da Companhia propôs submeter à Assembleia Geral o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização do saldo da reserva de capital “incentivo fiscal – redução de imposto de renda” em atendimento às obrigações exigidas pelo incentivo fiscal recebido da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e após o exame da proposta opina favoravelmente ao encaminhamento da matéria para deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

**Conselheiros Fiscais:**

Jorge Nagib Amary Junior

Flavio Stamm

Daniel Vinicius Alberini Schrickte

# **Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia*

#### Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia, por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## *Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais*

### Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4